

A ORDEM É

DERROTAR A GRANDE OFENSIVA DA DIREITA

A direita começou sua grande ofensiva eleitoral. A data foi 1º de julho, e a senha, a implantação do Real.

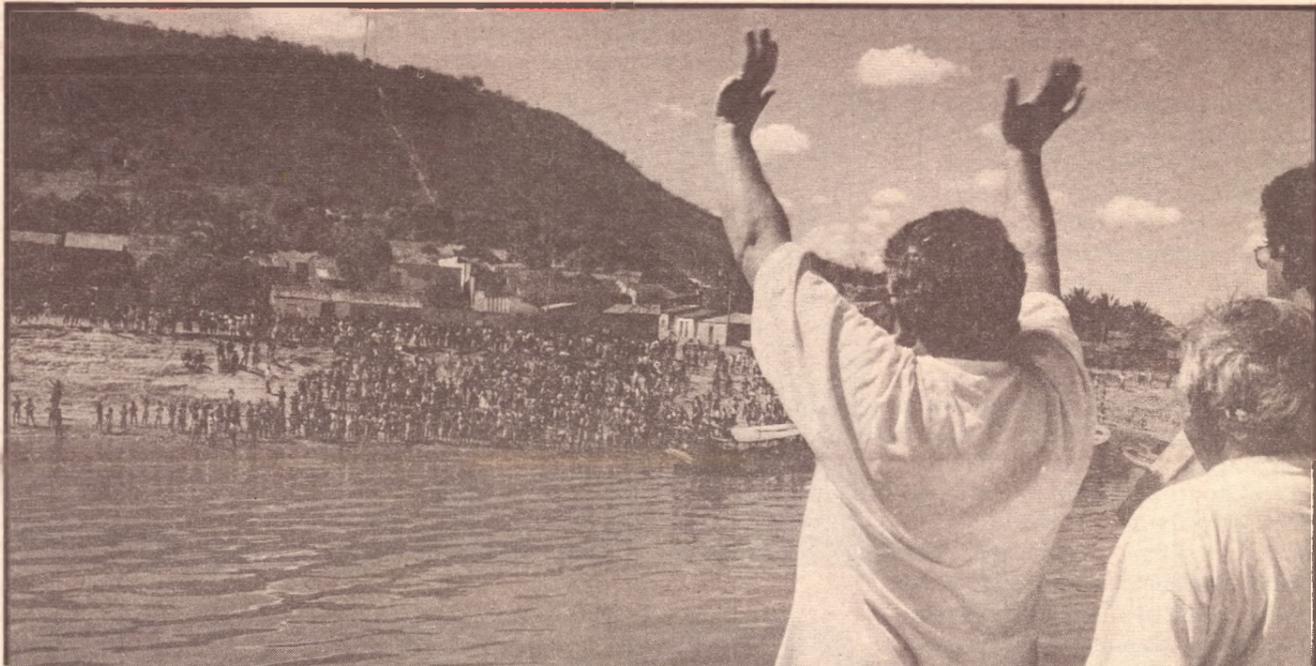
Deu a largada com duas frentes de ação. A primeira, a frente da afirmação do seu projeto. A afirmação do Plano FHC, que dá prosseguimento à proposta política de Collor, e se apresenta como uma medida saneadora da nossa economia (ver editoriais na página 3).

A segunda, é a negação da Frente Brasil Popular. Para isto, a aliança PFL-PSDB utiliza-se de duas táticas. A tática de bater no vice José Paulo Bisol (ver matéria na página 10), tentando desqualificá-lo do ponto de vista ético e moral. E a tática de tentar desqualificar a Frente Brasil Popular com o eterno argumento da competência, desta vez fazendo-se legitimar pelos primeiros resultados aparentes da implantação da nova moeda.

Cabe a nós, da Frente Brasil Popular, contra-atacar. Pesado. Só organizados em comitês e com uma política clara e forte chegaremos lá. Para isto, o papel dos comitês populares é fundamental. Com eles reverteremos os resultados das últimas pesquisas, como podemos ver claramente na matéria sobre este assunto à página 7.

Agora, é somarmos todos os nossos esforços e chegarmos ao final com a vitória. Vamos à luta.

Veja os efeitos do real nas páginas 15 e 16.



São Francisco recebe Lula

A Caravana do São Francisco visitou 21 cidades. Este foi o roteiro preparado. No entanto, durante o percurso, populações ribeirinhas vinham à margem saudar os viajantes. A ordem, então, era diminuir a velocidade do barco. Em Morpará (foto), no dia 9 de

julho, às 11h00, os navegantes não puderam se limitar ao aceno prolongado. A barca aportou e Lula foi recebido por milhares de habitantes daquele que é um dos municípios mais pobres da Bahia.

(Págs. 4 e 5)

*O adversário estremece,
a reação confabula,
mas o povo não esmorece:
em outubro elege Lula.*

Mário Lago

BRASIL AGORA

ANO II - Nº 62 - 25 DE JULHO DE 1994 - R\$ 1,00



SEMPRE TORCEMOS PELO BRASIL

Guiba, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Lula, Zé Dirceu e Marisa comemoram a vitória na Copa. Eles e outras lideranças de esquerda assistiram

o jogo na sede dos metalúrgicos do ABC. Todos duplamente contentes. Além da vitória, Zé Dirceu começa a crescer nas pesquisas para o governo de São Paulo.



O gibi do SAPO BARBUDO quase pronto. É a FESTA NO CÉU.

Pág. 13

Como reverter os resultados das pesquisas

Pág. 7

O avanço dos COMITÊS POPULARES

Págs. 12 e 13

SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA

Médicos torturadores serão processados

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) vai processar os profissionais participantes do esquema de repressão. Aqueles que assinaram laudos falsos para os corpos de presos políticos mortos sob torturas serão os primeiros

A presidente do Cremesp, Regina Parisi Carvalho, assegurou aos representantes da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e de familiares de desaparecidos que até o fim de julho todos os processos contra médicos participantes do esquema de repressão estarão distribuídos entre os conselheiros da Comissão de Ética Profissional da entidade. Segundo ela, até o final deste ano todos serão julgados e os culpados punidos.

"Teremos todo o cuidado para que os profissionais sejam responsabilizados e punidos de forma exemplar. Serão ouvidas todas as testemunhas de defesa e de acusação a que tenham direito", diz a doutora Regina. Entre os profissionais a ser ouvidos estão médicos legistas responsáveis por laudos das autópsias nos corpos de presos políticos mortos sob tortura, médicos que reanimavam presos para voltar às torturas e psiquiatras. A denúncia que deu origem a esses processos foi feita pelo Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro.

Os familiares de desaparecidos contam com o apoio do médico legista e deputado estadual do PT de São Paulo Antenor Chicarino, que não admite a participação de seus colegas profissionais em atos contra os direitos humanos e se dispõe a participar como perito na análise dos laudos falsos. Segundo os familiares de desaparecidos, qualquer leigo consegue identificar erros grosseiros cometidos e tentativas de acobertar as torturas.

As ossadas de Perus e a morte de Herzog estão entre os crimes dos legistas



Roberto Raitzoff



A lista dos processados

Como primeiros-legistas constam Isaac Abramovitch, com nove laudos, Harry Shibata, com cinco laudos, Geraldo Rebello e Renato Capellano, ambos com dois laudos cada um, e Octávio D'Andréia, Samuel Haberkorn, Sérgio Belmiro Aquesta, Mário Santalúcia, João Pagenotto, Pérsio José Ribeiro Carneiro, Onildo B. Rogano, Aluysio Fernandes, José Antônio Mello e Arildo Toledo

Viana, todos com um laudo cada. Os segundos-legistas processados são: Paulo Augusto de Queiroz Rocha, com sete laudos, Abeylard de Queiroz Orsini, com cinco laudos, Orlando J.B. Brandão, com quatro laudos, Antônio Valentini, José Henrique da Fonseca e Armando Cânger Rodrigues, com três laudos cada um, e Samuel Haberkorn, Walter Sayeg e Décio Brandão Camargo, com um laudo.

"Eles confessaram seus crimes"

Segundo Amelinha Teles, da Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos ou Desaparecidos, "em São Paulo a repressão política matou e desapareceu com os corpos de muitas pessoas, mas oficialmente foram mortos 71 militantes das organizações contra a ditadura militar. Desse total temos certeza - inclusive com depoimentos de testemunhas - de que 28 companheiros foram assassinados em torturas. Os laudos das autópsias foram feitos apenas para encobrir os crimes da

repressão".

Na CPI da Câmara de Vereadores de São Paulo, que investigou a vala de Perus, alguns legistas foram interrogados e assumiram que os laudos não eram material confiável. "Eles confessaram seus crimes com a maior cara-de-pau. Alguns chegaram a dizer que assinavam sem ler, e outros disseram que aquilo tudo era mera formalidade", afirma Criméia Schmidt de Almeida, também da Comissão de Familiares de Desapa-

recidos.

Entre os acusados há dois destaques: Harry Shibata e Isaac Abramovitch. O primeiro ficou conhecido como o autor do laudo falso da morte de Wladimir Herzog, mas é responsável também por outros quatro laudos forjados. Abramovitch é o campeão de autópsias, pois ao longo de dois anos assinou nada menos que 25 laudos, entre mortos sob torturas e mortos fuzilados pela repressão.

Rio de Janeiro cassou quatro

O Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) já concluiu o processo de cassação de quatro médicos envolvidos com o aparelho de repressão e deve cassar mais alguns. O primeiro foi o médico e tenente do Exército Amílcar Lobo, que reanimava os presos para prosseguir com as torturas. Ele foi reconhecido por várias de suas vítimas e foi processado pelos crimes de conivência e participação direta em torturas. Algum tempo depois envolveu-se na morte do caseiro de sua chácara, no interior do Estado.

Os médicos psiquiatras Ernesto La Porta e Leão Cabernite, membros da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, que sabiam das atividades de Amílcar Lobo como participante de torturas, foram também cassados por cumplicidade. O Cremerj aceitou a denúncia do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, de que os dois tinham o dever profissional de denunciar as torturas e levar o caso de Amílcar Lobo à Comissão de Ética da entidade de classe.

O general cassado

Em maio deste ano foi concluído o processo de cassação mais complicado politicamente. O médico Ricardo Fayad, que também reanimava presos para que continuassem as torturas, atualmente é General de Brigada da ativa e sub-diretor do Serviço Médico do Exército. Para processá-lo e puni-lo, os 21 conselheiros do Cremerj decidiram, por unanimidade, não aceitar um decreto de João Figueiredo, o último ditador militar, que pretendia deixar os médicos ligados às Forças Armadas fora do alcance das entidades de classe.

Corre ainda no Cremerj o processo contra o médico militar José Lino da França Neto, que reanimava presos para prosseguirem sob tortura, na base naval da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro.

BRASIL AGORA

Secretário de Comunicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores: Marcos Sokol - Diretor: Bruno Marcinhão - Editor: Alípio Freire - Subeditor: Emílio Alonso - Redação: Dilair Aguiar - Antonio Martins e Ivan Seixas - Divulgação: Aparecida Dias de Lima Diagramação: Edson Teles e Joca Grabois - Revisão: Rosângela Rita da Silva - Sucursal Rio Grande do Sul: Luciane Fogundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. Colaboradores: Alan Rodrigues, Aloisio Moraes, André Singer, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos de Queiroz, Bernardo Kucinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célio, Cintia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Bucca, Fernanda Estima, Fernando Paiva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávia Loureiro, Flávia Pachalski, Francisco Fontanezi, Genaro Urso, Helio Silva, Isaac Akcelrud, José América Dias, João Machado, José Rocha, Juan Pezzutto, Juarez Guimarães, Hamilton Cardoso, Váler Pomar, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mario Augusto Jakobskind, Maringoni, Marisa Meliani, Maria Dias Costa, Micaelaira, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmarcio Miranda, Ohi, Pató, Patrícia Cornis, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Soffill, Rui Falcão, Sérgio Canova, Sérgio Sister, Walter Ono, Wladimir Pomar, Waldenor Reis.

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Gleite, 1049 - CEP 01215-8 - São Paulo (SP) Fone: 220-7718 - Fax: (011) 221-8078 - Administração e Gerência Comercial: Luiz Maier - Assistentes: Valdeci Evangelista - Publicidade/Contatos Especiais: Francisco Fontanezi - Coordenador Nacional de Vendas: Milton Fogo - Circulação/Assinaturas: Ana Maria Alves, Lucilene B. Silva - Banco de Dados: Luiz Carlos Medeiros - Coordenação de Vendas S.P.: Hélio Silva - Assinaturas: Rio de Janeiro: Paulo (021)284-5064, Fortaleza: José Vital (085) 254-1133, Porto Alegre: Talles da Rosa (051) 221-7733, Belém: Rui Santana (091) 223-0873, Belo Horizonte: Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735, Florianópolis: Walney Chucra (0482) 24-1148, Recife: Vânia Araújo (081) 326-0081 - Expedição: Valdeci Evangelista

Impressão: ArtPrinter Gráficos & Editores - Distribuição: Dinap S/A - Tiragem desta Edição: 24.000 exemplares foram impressos no dia 25 de julho de 1994.

Jornalista Responsável: Alípio Freire - Mtb 11.274

BRASIL AGORA

Assine já
Ligue Grátis
0800 11.1300

Preencha em letra de fôrma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215-001 São Paulo / SP - Fones (011) 220.7718 - 225.0615

Nome:

Endereço

Cidade UF

CEP Fone

Profissão

Cartão de crédito:

VISA CREDICARD AMERICAN EXPRESS

Nº Validade

Assinatura para o exterior (semestral) U\$S 80 Assinatura 25 edições (semestral), R\$ 24,00

Assinatura 52 edições (anual), R\$ 46,00

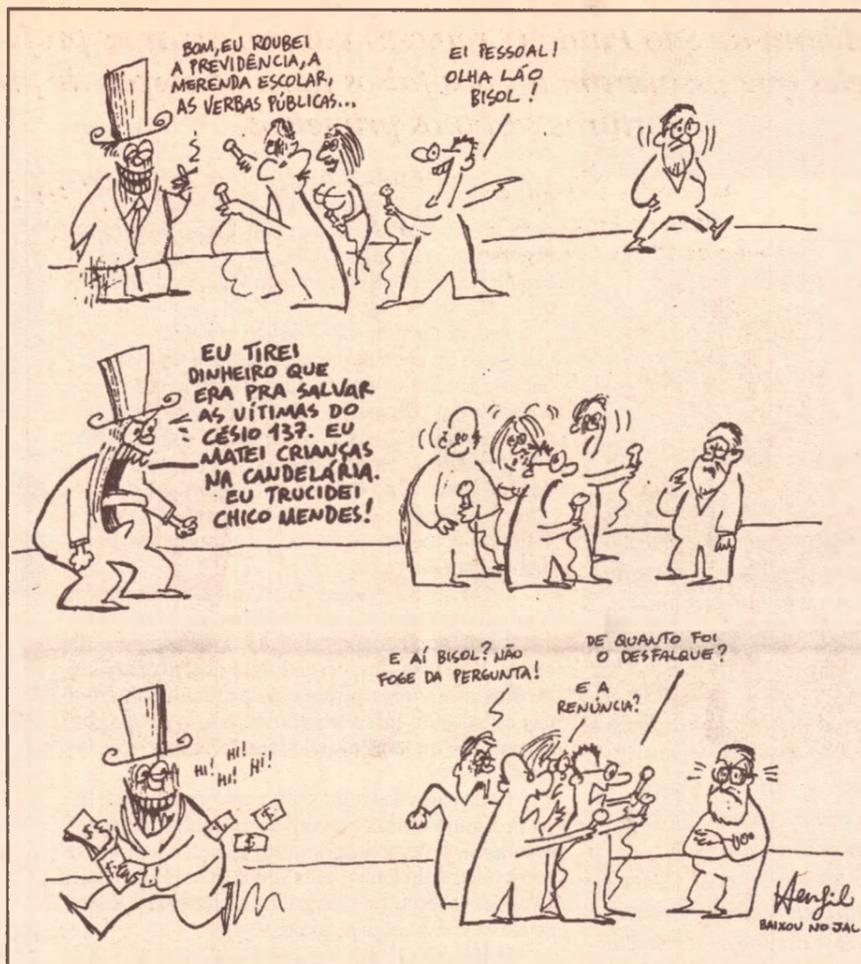
Derrotar a ofensiva do PSDB-PFL

Nos últimos dias entrou em cena a tão esperada ofensiva política da candidatura Fernando Henrique, sustentada pelo Plano Real. A propaganda da nova moeda, vinculada à imagem do seu criador, veio acompanhada de um ataque tão inescrupuloso quanto fulminante direcionado ao vice, Bisol.

Essa é apenas uma amostra de que a guerra pelo Palácio do Planalto já começou e de como o comando da coligação PSDB-PFL vai tratar as forças populares.

A repercussão das pesquisas foi imediata e demonstrou que apesar do longo período de gestação da ofensiva da direita, grande parte da companheirada não se preparou para enfrentar os efeitos iniciais do Plano Real.

Os últimos resultados das pesquisas registram um empate técnico de 30% entre Lula e FHC. Chegou a hora da militância ir para a rua, de entrar na luta pela Presidência da República. Afinal, a conquista do Palácio do Planalto não é apenas uma tarefa do nosso candidato, mas de todos nós. Esse foi um grande erro que precisamos corrigir. Enquanto Lula aplicava a goleada de 41% na preferência popular, a nossa aguerrida militância vibrava nas arquibancadas. Pedia o "olé" e cantava a musiquinha do "já ganhou". Substituiu o time das elites e esqueceu que o jogo se decide no gramado.



Veio o contra-ataque da direita comandado pelo Estado-Maior do PSDB-PFL, alterando o resultado do placar. Mas não há o que temer, a partida apenas começou e nosso time é de muito melhor qualidade. Temos tudo para vencer, desde a proposta de governo, a tradição do compromisso popu-

lar e a credibilidade, até a militância combativa e disciplinada.

Lula representa o discurso verdadeiro, a mudança da ordem social injusta. É o candidato da esperança. Fernando Henrique ajoelhou-se diante dos banqueiros internacionais e é o candidato do

poder econômico, representa o conservadorismo e a prepotência das classes dominantes, mas tem ainda espaço suficiente para continuar vendendo a imagem de progresso e de modernidade.

Temos que rasgar essa fantasia. Não é possível assistir de camarote a repetição da farsa de 89. Muita gente ainda não acredita que ele representa a continuidade política de Fernando Collor. Massificar essa idéia é uma tarefa inadiável para todos os militantes comprometidos com a transformação da sociedade brasileira.

É preciso mostrar que se em 89 o candidato das elites usou o disfarce de caçador de marajás e de protetor dos descamisados, em 94 ele se promove com um plano de estabilidade que comprime os salários e amplia a recessão e o desemprego. Fernando Collor de 89 é o Fernando Henrique de 94. Vamos agitar a militância, colocar em movimento um imenso mutirão capaz de construir milhares de comitês populares e fazer da campanha de Lula uma grande mobilização de massas pela transformação da sociedade brasileira. A realização desta tarefa histórica sepultará definitivamente as pretensões da coligação PSDB-PFL eleger seu candidato e colocará o comando político do país nas mãos de um torneiro mecânico e do maior partido socialista da América Latina.

Manipulação de símbolos e 171

O artigo 171 do Código Penal trata do conto do vigário, da vigarice. Todos conhecemos o famoso golpe do bilhete premiado. Claro que não nos referimos aqui ao João Alves, mas à venda de "bilhetes premiados" a incautos, ingênuos, inocentes. Às vezes, o "bilhete premiado" é vendido a pequenos oportunistas que, com seu imediatismo pragmático, pensam melhorar de vida através de "expediente", e consideram-se mais espertos que o vigarista que está vendendo o citado bilhete. É a luta de classes expressando-se no campo da vigarice.

Pois bem, a vigarice pressupõe sempre confundir o outro. Ela não usa de coação, mas da confusão. Um velho baião nordestino afirma que "camelô na conversa/ ele vende algodão por veludo".

Quanto mais reinar a confusão e a desinformação, melhor será o terreno para a ação do vigarista. E um bom vigarista profissional trabalha estratégias nesse sentido, arma a confusão da qual tirará proveito. Fará isto com maior ou menor maestria, de acordo com o seu grau de especialização no ramo. Há vigaristas suburbanos, metropolitanos

e os internacionais - estes últimos, geralmente com doutorado junto a instituições estrangeiras de crédito.

No Brasil, conhecemos vários vigaristas. Alguns têm a foto estampada na capa do *Notícias Populares*. Outros, sua rubrica biografada na página 3 da *Folha de S. Paulo*. Também é arte do vigarista refinado ter artigos publicados ao lado de artigos de homens de bem. Faz parte do confuso pântano que ele se propõe a criar. Quando ele não é tão profissional como deveria e escorrega - enfim, ninguém é perfeito, nem mesmo o vigarista - ele pede que esqueçam tudo o que falou ou escreveu antes. A grande arte de iludir!

É próprio também do vigarista acenar para as suas vítimas com o sucesso, a projeção, e manipular símbolos. Fortuna! Dinheiro!

A moeda de um país é um símbolo. Ela é um referencial do valor de troca das mercadorias, entre as quais a força de trabalho. É isto que estrutura os indivíduos membros de uma sociedade enquanto um coletivo: o trabalho enquanto produção de bens necessários à vida - objetiva e subjetiva.

Mexer em símbolos coletivos, subs-

tituí-los, gera - pelo menos num espaço de tempo - desorientação, falta de rumo, confusão. No Brasil, mudamos várias vezes de moeda, desde o governo Sarney.

Pois bem: não satisfeito com isto, o ex-ministro e senador-candidato FHC quis ir além. De forma refinada. Sutil. Aproveitando-se do caos, ampliou a confusão. Durante meses, fez-nos conviver com três referenciais de valor de troca: URV, Cruzeiro Real e dólar - além das Ufirs, UTs, etc. Era o momento de maior atomização, típico do que prega o neoliberalismo para os países "periféricos". Parecia a vitória da tese defendida pelo senhor Maksoud, do direito a cada oligopólio cunhar sua própria moeda...

Confusas, perplexas, as vítimas debatiam-se em busca de um referencial fixo, de algo que pudessem entender. Uma escolha que fosse um porto seguro, entre tantas unidades de valor que já existiam.

Não. A estratégia não era esta. Escolher entre as existentes, entre símbolos do valor de troca já conhecidos, não se prestava ao 171. Criou um novo símbolo. Agora sim, podia afirmar o que quisesse.

O referencial passou a ser o dele, que criou um novo padrão. Ninguém entende de vez. Lançou-se uma grande ofensiva de propaganda (gastando milhões de dólares), com apoio da mídia e fazendo, nos três meses que nos separam da eleição, uma grande ofensiva.

Mais ainda: num primeiro momento, alguns estarão paralisados pela perplexidade, e outros ajoelhando-se e agradecendo porque, enfim, temos uma moeda única. Mais forte que o dólar! Mais uma vez os EUA curvam-se perante o Brasil.

E o mago do 171 sorri satisfeito. Sobe nas pesquisas. Posa para a posteridade como quem já estivesse subindo enfim aquela rampa em Brasília, que um dia pretendeu galgar de braços dados com os militares da ditadura. Agora não, será sem fardas. Os acólitos civis das fardas do golpe de Estado - ACM e toda a corte do PFL - ficam melhor na foto que o narciso de FHC escolheu para si.

O que ele não lembra é da contra-ofensiva dos sindicatos, movimentos e organizações populares e da sociedade civil, dos homens de bem e da Frente Brasil Popular.

Nenhum vigarista acha que pode ser enquadrado no artigo 171.

CARAVANA

Foram mais de trinta atos públicos entre comícios e debates

Fotos: Clóvis Ferreira



Caravana visita Projeto Jaíba

Projeto Jaíba: um modelo de reforma agrária?

Em Minas Gerais, a caravana presenciou o assentamento de mais de quinhentas famílias que produzem toneladas de alimentos básicos

No terceiro dia da Caravana do São Francisco visitamos um assentamento com irrigação, localizado na parte mineira do semi-árido nordestino, beneficiado com os incentivos e investimentos agroindustriais do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). É o Projeto Jaíba, situado a 56 quilômetros da pitoresca cidade de Januária, onde Lula fez um dos maiores comícios dessa viagem. São 542 famílias assentadas, ocupando uma área irrigada de 2,7 mil hectares. E isso é apenas a parte inicial de um megaprojeto orçado em 150 milhões de dólares, cuja pretensão é constituir um pólo regional de desenvolvimento com 100 mil hectares de terras irrigadas e várias instalações industriais.

A título de exemplo, está prevista para novembro deste ano a instalação de uma fábrica de suco de maracujá e de abacaxi para exportação.

Além de uma visão geral do projeto Jaíba, englobando alguns quilômetros de canais de irrigação e a central de bombeamento d'água, que dá conta da área irrigada utilizando apenas 10% da capacidade instalada, Lula e sua comitiva visitaram um lote padrão de 5 hectares, e na condição de candidato à Presidência ele recebeu do engenheiro agrônomo coordenador de Divisão de Produção um relatório explicando o cronograma de implantação e uma pauta de reivindicações.

Alguns dados fornecidos revelam a pujança do projeto como núcleo popular de desenvolvimento, como por exemplo a produção de 80 toneladas por dia de alimentos básicos, hortaliças e frutas, uma agroindústria de polpa de tomate, a melhoria da renda média anual das famílias dos pequenos produtores de 2.460 dólares, em 1991, para 3.575 dólares, em 1993, e a diversificação de culturas que atinge trinta espécies distintas, afirmando-se, assim, a vocação agrícola

de Jaíba para fruticultura e horticultura em integração com agroindústrias; destaque para a produção de banana, com média de três caminhões por dia para mercados de Belo Horizonte, Brasília e Nordeste; destaque também para a cebola, com produção anual de 4 mil toneladas, e para o tomate, com 6 mil toneladas por ano.

Caso tomássemos apenas esses indicadores, não teríamos dúvidas em dizer que o Projeto Jaíba é um modelo de reforma agrária a ser levado em conta pelo futuro governo Lula.

No entanto, mesmo considerando a rapidez da nossa visita, dois outros indicadores questionam o projeto. O primeiro é a tendência tecnocrática, alienando a consciência crítica, o espírito criativo e a compreensão global do projeto por parte de cada pequeno produtor. Essa concepção impede que a Associação dos Produtores possa ser a instância máxima de direção do projeto. A figura do engenheiro agrônomo como administrador do conjunto do assentamento e o pequeno produtor apenas como administrador do seu próprio lote nega a concepção de reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Nega também o "Programa para agricultura brasileira", último documento produzido pelo partido e que está sendo distribuído para os comitês Lula Presidente em todo o país.

O segundo questionamento exige um estudo mais apurado, mas tudo indica que o investimento na concepção de megaprojeto encarece muito e termina impedindo a viabilização de uma proposta de reforma agrária massiva que norteie o projeto político do governo Lula.

A saída poderia ser buscada na criação de uma equipe de companheiros com experiência de assentamentos produtivos para um estágio em Jaíba. O seu objetivo seria estudar a possibilidade de redirecionar o projeto atual.

Bruno Maranhão

Somada às outras, a caravana do Rio São Francisco, realizada entre os dias 4 e 12 de julho, totaliza uma caminhada de 38 mil quilômetros, 800 municípios, passando por todos os Estados da federação. Essa gigantesca peregrinação política representa a parte mais significativa da marcha da Frente Brasil Popular rumo ao Palácio do Planalto.

A caravana do São Francisco manteve a preocupação de aprofundar o conhecimento da realidade brasileira. Além do contato direto com a população, das discussões com lideranças de movimentos sociais e das comunidades, das reuniões com prefeitos e empresários, ainda foram realizadas, no barco e no ônibus, aulas diárias e discussões de projetos sobre as diversas regiões visitadas. Checava-se *in loco* o grau de conhecimento daquela região.

As maiores necessidades e reivindicações, segundo os membros da comitiva, recaíam sobre a reforma agrária, a ampliação do emprego e da renda, a defesa dos pescadores, dos pequenos e médios produtores rurais e do pequeno comércio nas cidades do interior para impedir o êxodo dos jovens de sua terra natal, além da educação e da saúde.

Cada caravana representa uma entrada no Brasil profundo e uma viagem às entranhas do povo brasileiro. É como uma sonda enviada às veias do corpo social do Brasil para identificar dentro dele as chagas abertas que sangram e as potencialidades do novo e das mudanças possíveis.

O Rio São Francisco corre ao longo de 3.161 km até desaguar no oceano. Banha cinco Estados e abriga uma população de cerca de 13 milhões de habitantes em sua bacia. O rio foi um elemento vigoroso para a integração no Brasil. Daí sua importância social bem captada pela caravana, que começou em sua nascente, na Serra da Canastra, Minas Gerais, onde Lula fez um discurso programático: "O rio de integração nacional está se desintegrando. Queremos recuperá-lo a partir de suas nascentes para ser de todos e não apenas daqueles que dele se servem para benefício privado".

Em todas as regiões por onde a caravana passou, seja na parte mineira (doze cidades), seja na parte baiana (dez cidades), ou pernambucana (Petrolina), a população local enchia as praças e as barrancas do rio para ver e falar com o candidato à Presidência e com os candidatos majoritários dos Estados: em Minas, Carlão (governador), Virgílio Guimarães e Jô Moraes (senadores), na Bahia, Jutahy Júnior (governador), Waldir Pires e Zezeu (senadores) e em Pernambuco, Miguel Arraes (governador), Roberto Freyre e Armando Monteiro (senadores).

Representantes populares

O que surpreendeu até mesmo os organizadores da caravana foram os prefeitos de várias cidades que acabaram se integrando de modo espontâneo, independentemente de partidos

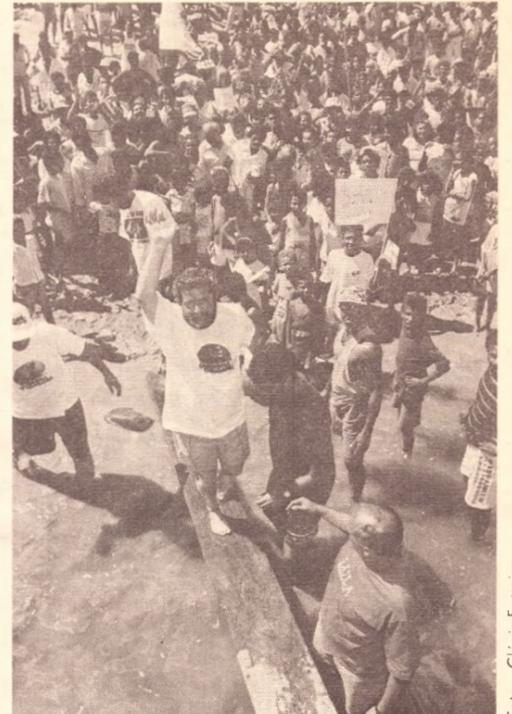
O painel da imprensa

Só no dia 6 de julho, quarta-feira, a imprensa nacional deu destaque à caravana. Lula entrou em Três Marias, cidade administrada pelo PT, aplaudido pela população. Mais de 1000 pessoas estavam nas ruas e nas janelas para participar do ato público com a presença do candidato à Presidência da República da Frente Brasil Popular.

Foi nesse contexto que dezoito pessoas batendo latas, baldes e panelas vazias — servidores públicos municipais grevistas — protestavam contra o atraso no pagamento dos salários.

Houve plena liberdade de manifestação. O prefeito Manoel Castelo Branco explicou o quadro econômico e financeiro da Prefeitura e a manobra da Câmara dos Vereadores em não aprovar verba para o pagamento do pessoal — os motivos do atraso de três dias. Lula também dialogou com os dezoito funcionários e em seguida dirigiu-se ao ato público.

No entanto, passou despercebido pela mídia que em Arcos mais de 6 mil pessoas esperavam Lula na praça até 23 horas, numa noite fria de segunda-feira. Que prefeitos de outros partidos apoiaram ou receberam com ousadia Lula em São



Lula em Morpará (BA)

políticos, assim como os movimentos populares, sindicatos, pastorais sociais das igrejas e médios e pequenos empresários e agricultores, que entregavam documentações, denúncias e reivindicações aos integrantes da Frente Brasil Popular.

Nesse sentido, o Vale do São Francisco representa um lugar privilegiado para a realização do programa do PT, em que é possível gerar um desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentável, apoiado nas pequenas propriedades, com irrigação para o semi-árido e no incentivo à navegação, hoje quase inexistente (antigamente havia 43 embarcações que faziam os 1.292 km entre Pirapora e Juazeiro). Outra atividade a ser desenvolvida é a pesca, que pode facilmente passar de 600 toneladas/ano para 15 ou 20 mil toneladas/ano. Além disso, verificou-se a necessidade de desenvolver um processo pedagógico junto às populações da bacia do rio para que passem da cultura de subsistência e entrem numa perspectiva de libertação e participação.

O entusiasmo das populações despossuídas ganhava caráter messiânico, característico da região, profundamente mística e religiosa, o que era moderado pelos integrantes da caravana e pelo próprio Lula. Mas tudo mostrava o acerto do que escreveu um dos maiores poetas latino-americanos, Pablo Neruda, e que Lula vivenciou com alegria e pesar: "É dramático e profundamente realizador representar em alguns momentos as esperanças do povo."

Roque de Minas, Arcos, Formiga, e outras cidades de Minas Gerais e da Bahia. Que empresários, associações comerciais em Lagoa da Prata, Formiga e outros locais encontravam-se e debatiam com Lula, ou ainda a visita ao Jaíba, com a descoberta da situação caótica do transporte fluvial e várias denúncias contra a devastação das matas e da fauna aquática. Tudo isso aconteceu, mas para a imprensa só contou o painel. Nem mesmo o encontro de Lula com Manuelzão, o grande amigo boiadeiro e personagem de Guimarães Rosa, também em Três Marias, em almoço de comemoração de seus 90 anos, foi noticiado com destaque pelos meios de comunicação.

A maioria dos repórteres que acompanham Lula deve enviar para suas editorias tudo o que se passa. Mas as edições descontextualizam e extrapolam a verdadeira significação do fato, tentando atingir o candidato que corre na frente nas pesquisas e nos olhos de milhares de pobres deste país, como os que encontramos na caravana. Foi assim em 89. Tem sido assim em 94.

Tilden Santiago

Fotos: Clóvis Ferreira

DO SÃO FRANCISCO

ao longo de 2,5 mil quilômetros percorridos de barco e ônibus na décima-primeira caravana da cidadania



Fotos: Clóvis Ferreira

"É preciso salvar o rio para multiplicar os peixes"

Política como ato amoroso

No dia 9 de julho a caravana do Rio São Francisco descia de Ibotirama para a cidade de Barra, no Médio São Francisco, quando por volta das 11:00 horas passava por Morpará (BA). A barca devia desacelerar a marcha para um aceno prolongado. Mas não foi isso que aconteceu. Uma multidão colorida e alegre se acotovelava na margem. Exigia a presença de Lula e dos candidatos baianos da Frente Brasil Popular — Jutahy Jr. para governador, Waldir Pires e Zezeu para senadores e deputados —, e aí aconteceu uma cena que revela a natureza nova da política inaugurada pelo PT, nomeadamente, por Lula: a política como ato amoroso, no dizer de Gandhi, ou a política do coração, no dizer do próprio Lula.

Lula desceu descalço por causa da água e do barro da margem. Subiu a encosta, literalmente, cercado e empurrado pelo povo. Um entusiasmo frenético. As bandeirinhas feitas de jornal recortado com a sigla do PT revelavam a pobreza da população.

Morpará é um dos municípios mais pobres da Bahia. Mais da metade dos trabalhadores ganha até meio salário mínimo, a maioria é indigente. Em termos eleitorais pouco ou nada representa. No entanto, Lula fez questão de des-

cer, tocar e deixar-se tocar pela multidão. Uma questão de princípios. A política é mais que o exercício do poder em vista do bem comum. É a arte de sintonizar com os sujeitos originários do poder, que são os cidadãos e reforçar os laços da sociabilidade. Aqui, mais que a razão analítica e estratégia é o coração que fala, o coração que sente os anelos ancestrais do povo e que se propõe a atendê-los. Sem essa paixão ética e amorosa, a política facilmente

escorrega para o jogo de interesses menores.

Cena semelhante ocorreu no dia seguinte, descendo o rio entre Xique-Xique e Remanso. Cerca de dez barquinhos a remo de pescadores aproximaram-se da barca da caravana. Lula pediu para que a barca parasse. Desceu num barquinho a motor e encontrou-se com os pescadores. Parecia uma cena bíblica do Lago de Genezaré.

Em poucos momentos estavam to-

dos os barquinhos ao redor de Lula, formando como que uma rosa com dez pétalas. O diálogo foi emocionante. Esses anônimos pescadores ouviram palavras de esperança: "os pequenos e médios produtores terão prioridade ao crédito subsidiado, o rio será preservado e a pesca, incentivada".

Em Morpará os principais candidatos deixaram mensagens rápidas mas diretas. Lula concluiu convocando todos a rezar a oração do Senhor, o pai Nosso, com os braços erguidos ao céu.

Lula comentava que o significado das caravanas não acaba com as eleições. Elas surgiram antes das eleições e devem continuar como forma de realização do governo. Ele terá seu lado institucional e burocrático em Brasília, mas também seu lado dinâmico e itinerante nas caravanas, nas quais o presidente e seus auxiliares sentirão na pele a realidade do povo e suas demandas. O acontecimento de Morpará ficará, certamente, na memória popular, no cordel, nas histórias dos barranqueiros e vazanteiros e chegará a outras terras pelos contos dos barqueiros e pescadores. O poder humanizado visitou o povo.



Fotos: Clóvis Ferreira

Leonardo Boff

A batalha de Salvador

A Frente encara o desafio de ACM e comemora com o povo a Independência da Bahia

A truculência do ex-governador Antonio Carlos Magalhães, o uso da máquina do Estado em benefício de ambições eleitorais e a violência dos capangas de ACM não conseguiram impedir, em 2 de julho, que a Frente Brasil Popular festejasse nas ruas de Salvador, com o povo baiano, a independência do Estado. Lula participou da festa e foi saudado pelo povo. Fernando Henrique, que segundo promessa do cacique do PFL seria ovacionado pela multidão, nem sequer compareceu.

Comemorada todos os anos por cortejos que reúnem no mínimo 100 mil pessoas, a Independência da Bahia é um símbolo das lutas do povo pela soberania do país. Lá a libertação de Portugal não foi conquistada pelo "grito" de Dom Pedro. Sentindo-se fortalecidos na cidade que havia sido durante três séculos a sede administrativa da Colônia, os portugueses resistiram. Foram vencidos por uma guerra que durou meses e foi em parte liderada pelos pobres e mestiços, homens e mulheres.

Festa popular

Desde 1823, quando terminou a guerra, uma marcha impressionante saúda a data. O cortejo começa no final da Estrada da Liberdade, por onde o povo vitorioso penetrou na capital, e segue por vários quilômetros até o Campo Grande, puxada pelo "carro do caboclo e da cabocla", que homenageia a liderança popular do movimento libertador.

Há vários meses, conta Jorge Almeida, baiano e integrante da coordenação da campanha de Lula, a Frente Brasil Popular havia programado a participação de Lula nas manifestações. Além disso, ficou agendado desde então um encontro do Conselho Político da Frente, convocado para Salvador em homenagem à data.

Semanas antes do 2 de julho, Antonio Carlos Magalhães iniciou uma ampla tentativa de intimidação. Procurou transformar uma festa de todo o povo num desafio pessoal e numa exibição de vaidade. Alardeou em todos os grandes jornais do país que a eventual presença de Lula seria um fracasso. Assegurou também que levaria Fernando Henrique e que garantiria para seu convidado apoio popular muito superior ao do candidato da esquerda.

A coordenação da Frente, prossegue Jorge Almeida, debateu o problema e optou por não recuar. Avaliou que "seria, além de tudo, uma desfeita para o povo da Bahia". Decidiu ainda que não aceitaria dividir a festa popular em dois "blocos" opostos. Lula engrossaria a ala do cortejo em que desfila a maioria da população — sem se importar com o local ocupado por ACM ou Fernando Henrique. A Frente, além disso, orientou seus militantes a não se envolverem nos confrontos que, como se previa, os partidários do ex-governador tentariam provocar.

Apelo à violência

No dia da marcha, ACM e seu sucessor, o governador interino Antônio Imbassahy, promoveram um autêntico festival de violência e uso da máquina pública em benefício pessoal. Centenas



Em Salvador, a grande marcha da Frente: senador Suplicy (PT), Jutahy Magalhães (PSDB) candidato da Frente a governador, Lula, Waldir Pires (PSDB) candidato a senador, Haroldo Lima (PC do B) e ao fundo o verador Antonio Pitanga (PT/RJ) e sua filha Camila. Na foto menor, Lula encontra dona Canô em Santo Amaro, acompanhado por Waldir Pires e Zezéu (PT) candidatos ao Senado pela Frente, e pelo poeta José Carlos Capinan (PPS)

Purificar o Subaé

Lula assume a defesa do Rio Subaé e tem um encontro singelo com a mãe de Caetano Veloso

O cenário era Santo Amaro da Purificação, município do Recôncavo Baiano a 65 quilômetros da capital. A anfitriã, dona Canô, moradora-símbolo da cidade, conhecida dos brasileiros como "a mãe de Caetano Veloso e Bethânia". Poucas horas depois do 2 de julho agitado de Salvador, um encontro cheio de ternura e hospitalidade marcou a adesão de Lula a uma das lutas ambientais mais importantes da Bahia: a despoluição do Rio Subaé.

Famoso há algumas décadas pela fartura de peixes, siris e mariscos, o Subaé transformou-se nos últimos vinte anos num rio morto. A instalação de fábricas de papel em

suas margens primeiro envenenou as águas e depois entupiu o leito do rio. A poluição também transformou numa lixeira o manguezal no encontro do Subaé com o mar.

Iniciada há cerca de uma década, a luta em defesa do rio ganhou projeção nacional com a música Purificar o Subaé, de Caetano Veloso. Articulado pelo produtor cultural Luís Lamego, o encontro entre Lula e dona Canô serviu para entregar ao candidato da Frente Brasil Popular o manifesto em defesa da "purificação" do rio.

Manjar e licores

O encontro acabou transformando-se, além disso, numa celebração

da graça e dos sabores da Bahia. Sorriso estampado no rosto, dona Canô recebeu Lula com licores e refrescos. Depois serviu-lhe uma frigideira de maturi, prato típico preparado com castanha verde de caju.

Enquanto bebiam e comiam conversavam sobre o Subaé. Lula, que pediu permissão para tratar a anfitriã de "mãe Canô", ouviu dela um relato breve, porém enfático, sobre os transtornos causados à população pela morte do rio. Respondeu que conhecia o problema na pele, pois foi obrigado muitas vezes, quando menino, a acordar de madrugada para salvar móveis ameaçados pelas enchentes de São Bernardo.

de policiais militares foram convocados a integrar uma espécie de "torcida organizada" de ACM. Reuniram-se nas primeiras horas da manhã no ginásio público que fica ao lado do estádio da Fonte Nova. Lançaram incessantes provocações contra a prefeita Lídice da Matta (PSDB dissidente), que apóia Lula e desfilou na "ala das autoridades". Tentaram intimidar os manifestantes que traziam bandeiras dos partidos que apóiam a Frente. A partir de determinado momento, integraram-se ao séquito do ex-governador, para

garantir os aplausos esperados pelo "chefê".

Como se não bastasse, dois outros grupos sob comando do ex-governador ajudaram a provocar tumultos e agressões: parte dos soldados uniformizados da PM e em especial a segurança pessoal de ACM, que chegou a provocar ferimentos graves em populares que ousaram criticá-lo.

Lula, no entanto, cumpriu a promessa de desfilar na "ala do povoão", participou da marcha durante várias horas e foi

muito aplaudido. Fernando Henrique chamou a atenção pela ausência. Ao contrário do que havia prometido, ACM desistiu de levá-lo à festa, certamente por ter compreendido que uma eventual disputa resultaria em desastre para seu candidato. Para Jorge Almeida, o balanço da jornada foi francamente favorável: "Preservamos o caráter da marcha e expusemos a mesquinhez do ex-governador. Mostramos que a consciência dos baianos não tem dono e que a esquerda não recua diante de arrogâncias".

Em busca dos votos perdidos

Análise das intenções de voto mostra por que Lula caiu e indica como retomar a ofensiva

A ampla unidade das forças conservadoras, que surgiu após o lançamento do Plano Real e refletiu-se particularmente nos meios de comunicação, provocou na disputa eleitoral efeitos muito superiores aos esperados anteriormente pela esquerda. A ascensão de Fernando Henrique e a diminuição rápida da diferença que Lula mantinha sobre ele foram facilitadas pela postura extremamente tímida e defensiva adotada pelo PT e pela Frente Brasil Popular em relação ao Plano e ao candidato do PSDB-PFL-PTB. O Real, no entanto, é uma arma que pode ser vencida. A população enxerga intuitivamente seu caráter eleitoreiro, e há amplo espaço político para denunciar suas consequências desastrosas para a economia do país e os interesses da maioria do povo.

Esse conjunto de idéias, que há poucas semanas enfrentaria resistências de boa parte dos apoiadores da Frente, foi apresentado com todas as letras em duas das últimas reuniões da Coordenação de Campanha de Lula. As teses, além disso, não foram contestadas em seus aspectos essenciais — nem houve manifestação de uma avaliação contraditória. É possível, portanto, que nos próximos dias a campanha sofra alterações, para fazer frente aos novos desafios.

A análise que pode dar novos rumos à ação da Frente Brasil Popular é de responsabilidade de Jorge Almeida. Integrante da Executiva Nacional do PT e da Coordenação de Campanha, ele dirige há alguns meses o Grupo de Análise e Pesquisa do comitê de Lula. Suas conclusões não surgiram, portanto, de palpites diletantes. Estão embasadas em dias seguidos de estudos das dezenas de sondagens de intenções de voto feitas pelos institutos de pesquisa nas últimas semanas.

Redução da vantagem de Lula ocorreu em duas etapas, bem distintas entre si

Uma primeira série de pesquisas ajuda a entender melhor a queda da diferença entre Lula e Fernando Henrique, que segundo o DataFolha era de 22 pontos percentuais em 13 de junho e havia recuado para apenas 9 pontos um mês depois. O recuo, mostram as análises, ocorreu em duas etapas. Está intimamente relacionado à unificação quase completa das elites em torno de FHC e ao autêntico massacre de idéias, nos jornais e na TV, em favor do Plano Real e de seu autor.

Embora os números exatos variem, todos os institutos coincidem em afirmar que houve uma queda inicial, relativamente pequena, nos primeiros dias após o lançamento da nova moeda, e uma outra, bem mais grave, depois de uma semana. A análise detalhada dos resultados permite relacionar com mais clareza as tendências eleitorais à pressão dos meios de comunicação. Nas primeiras pesquisas após o Real, a redução da vantagem de Lula ocorreu precisamente entre os setores que Jorge Almeida chama de "mais informados, organizados e politizados". Contra-



Hugo Scobie

Almeida: "é preciso denunciar FHC"

ditoriamente, são também os mais integrados à vida social moderna, e por isso mais sensíveis aos jornais e à TV. O candidato da esquerda caiu muito entre o eleitorado masculino de todas as idades, principalmente dos 16 aos 44 anos; entre a população das regiões Sul e Sudeste; de nível de escolaridade superior; dos grandes municípios; e com salários acima de 10 mínimos. A queda geral, aliás, não foi maior porque houve recuo menos nítido, equilíbrio ou mesmo crescimento entre as mulheres, especialmente as que não trabalham; e entre o eleitorado que ganha menos de 10 mínimos, vive no Nordeste e habita os pequenos municípios.

Uma semana depois, voltaram a coincidir todas as pesquisas, as intenções de voto em favor de Lula se "estabilizaram" entre os mais "integrados". Foi quando ocorreu, no entanto, a queda mais forte entre as mulheres, a população economicamente "inativa", os que ganham até 5 mínimos, habitam o Nordeste ou o Norte/Centro-Oeste e vivem nos municípios menos populosos.

Programa de governo é muito pouco conhecido do conjunto dos eleitores

Alguns dados ajudam a entender os motivos da queda. As pesquisas demonstram, por exemplo, que mesmo no período em que Lula mantinha ampla vantagem sobre FHC seu programa não era suficientemente conhecido por seus próprios eleitores. A diferença entre as intenções de voto, que chegou a ultrapassar 20 pontos percentuais, não persistia quando se perguntava aos eleitores qual era o candidato capaz de alcançar objetivos como elevar os salários, combater o desemprego ou garantir melhores condições de vida para a maioria. Diante dessas questões, as respostas favoráveis ao candidato da esquerda eram majoritárias, mas a dianteira já era muito menos nítida.

Além disso, conta Jorge Almeida, Fernando Henrique já mantinha posição muito confortável quando os eleitores eram chamados a fazer avaliações subjetivas sobre os candidatos. Sempre elogiado pelos meios de comunicação, FHC era visto, por exemplo, como "o mais preparado", "o mais experiente", "o mais limpo", "o de raciocínio mais claro" e "o mais capaz de transmitir com clareza suas idéias". Quando os meios de comunicação mais importantes abandonaram a hesitação e a aparente

"neutralidade" que mantinham e lançaram-se a uma campanha aberta em torno do Real, parte dessas avaliações transformou-se em intenções claras de voto. O fenômeno tornou-se mais grave, avalia Jorge Almeida, "porque a esquerda foi extremamente tímida tanto para denunciar o caráter antipopular, precário e eleitoreiro do plano quanto para explorar as debilidades de seu autor — entre elas, por exemplo, as alianças que firmou com as forças políticas mais retrógradas, ou a estranha história da fazenda em Minas Gerais" — adquirida com "sobras de campanha" e evidentemente informações subavaliadas prestadas ao Fisco.

Apesar da timidez da Frente, o povo enxerga que plano é eleitoreiro

O avanço de Fernando Henrique é uma tendência irreversível? As próprias pesquisas são as primeiras a comprovar que não — desde que haja, evidentemente, disposição para combater o adversário. Primeiro, porque nem a apatia da esquerda nem o massacre promovido pela imprensa a favor do Real foram suficientes para desfazer a imagem de "programa eleitoreiro" que a população formou acerca do plano. As sondagens em poder do Grupo de Análise e Pesquisa demonstram que os eleitores que acreditam que Fernando Henrique lançou o Real "para se eleger presidente" são nitidamente majoritários em relação aos que enxergam o ex-ministro "sinceramente preocupado em resolver os problemas do país". Além disso, a maioria dos entrevistados também percebe que a inflação vai cair durante algum tempo — para voltar a subir logo que passarem as eleições.

As pesquisas também revelam que a população rejeita os argumentos da imprensa — que vê na inflação o principal problema do país e insinua que os trabalhadores deveriam fazer sacrifícios para combatê-la. Quando se pergunta aos eleitores se aceitariam "uma pequena redução dos salários" para ajudar a baixar os índices de preços, mais da metade responde que não, contra pouco mais de um terço que diz "sim". As respostas negativas sobem para quase dois terços quando se propõe "algum aumento do desemprego" em troca da queda da inflação. Nesse caso, apenas um quinto dos eleitores estaria disposto a concordar com o sacrifício.

Vitória depende de ação mais decidida das lideranças e da militância de esquerda

Debruçado várias horas por dia, há semanas, sobre as pesquisas, Jorge Almeida acha que elas devem ser vistas como um sinal de alerta para os dirigentes da Frente Brasil Popular e para o conjunto dos militantes de esquerda. "A eleição será provavelmente decidida a partir do início do horário eleitoral gratuito", diz ele. E arremata: "A vitória está ao alcance da mão. Só a conquistaremos, no entanto, se os líderes da esquerda deixarem claro seu compromisso com as mudanças profundas de que a sociedade necessita e se a militância conquistar voto por voto, nas ruas, a vitória que pode mudar a História do Brasil."



Jaílton Garcia

Dezenas de entidades já participam da mobilização contra a violência

Entidades criam comitê contra assassinatos políticos

As mortes de militantes de partidos políticos e dos menores de rua forçam a mobilização contra a violência

As mortes de sindicalistas e recentemente de militantes de partidos políticos levaram a criação do Comitê Contra os Assassinatos Políticos, com apoio de mais de cinquenta entidades brasileiras e muitas do exterior. Reunidos no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP), as entidades que fundaram o comitê começaram uma mobilização da sociedade civil para acabar com a impunidade que marca essas mortes.

O advogado Idibal Piveta, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP e defensor de presos políticos na década de 70, abriu o ato fazendo uma denúncia contra o andamento do inquérito que apura as mortes dos militantes do PSTU, José Luiz e Rosa Sundermann. Segundo o advogado, o inquérito não foi acompanhado pelo promotor público designado para o caso e tem falhas graves. Entre elas estão a liberação do local do crime antes do término da perícia técnica e o aproveitamento de poucas fotos dessa perícia, já que a maioria inexplicavelmente não permite documentar nada. E o que é mais grave: a polícia se nega a entregar os autos do inquérito aos advogados da família das vítimas.

Benedito Rodrigues dos Santos, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, denunciou que os massacres sucedem-se e a sociedade nada faz. "A elite manda matar e só prendem alguns executores. Por isso os crimes continuam acontecendo", disse ele. O governo federal também faz vista grossa quanto aos assassinatos de crianças de rua. "Apontamos oito casos, com provas e dados concretos para investigação do governo federal e até agora nada foi feito", denunciou Benedito. "Não há como falar em Estado de Direito, enquanto existir esse clima de violência e barbárie no país", concluiu.

Anos setenta

A representante da Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos na década de 70, Criméia Schmidt, afirmou que sua entidade vem fazendo denúncias de crimes e da impunidade dos torturadores há anos e só agora a sociedade civil parece dar ouvidos. Segundo ela, muitos torturadores civis e militares ocupam cargos importantes no Estado e são uma ameaça à democracia e alguns estão por trás das violências contra trabalhadores. "O capitão Guimarães, bicheiro preso no Rio de Janeiro, é um conhecido torturador do Doi-Codi do I Exército, que só foi preso pela contravenção do jogo do bicho", concluiu Criméia.

O representante da UNE, Marcelo Dantas, disse que agora tinha uma noção mais nítida de como a questão da impunidade denunciada pelos familiares de desaparecidos era atual. "Tivemos nosso presidente Honestino Guimarães assassinado pela ditadura e agora vemos outros companheiros sendo mortos", disse ele.

O Comitê pretende dar continuidade à luta e vai realizar um ato público na PUC/SP, no dia 16 de agosto e espera contar com um número maior de entidades participantes e atuantes.

NÓS APOIAMOS LULA

O Brasil encontra-se num momento decisivo de sua História: a oportunidade de promover os excluídos à condição de maioria política.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva a presidente da República é o caminho para a transformação democrática da sociedade brasileira. Em sua longa luta pela democratização do país, Lula adquiriu conhecimento, experiência e representatividade para enfrentar as causas das desigualdades sociais e dos desequilíbrios econômicos.

A eleição de Lula assegura pluralidade política e cultural indispensável à retomada do desenvolvimento do país em benefício de todos. Sua vitória resgatará a cidadania e a soberania da nação brasileira. Seguem as primeiras adesões ao manifesto de intelectuais e artistas em apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva

Abraão Farc (Ator) - Abraham Sicsú (Pesquisador) - Ademir Araújo (Compositor, Maestro) - Aderbal Freire Filho (Teatrologista) - Adriana Vaz (Figurista) - Adilson Garcia (Museu Nacional) - Aguinaldo Gabarazo (Artista) - Aimar Labaki (Crítico de Teatro) - Alberto Andreeia (Artista) - Alberto Salvô (Cineasta) - Alcides Nogueira (Dramaturgo) - Alcilei Alves Pinheiro (Agrônomo) - Alcione Araújo (Escritora, Diretora) - Aldair T. Rizzi (UFPR) - Alexandre Magalhães (Matemático) - Alexandre Nóbrega (Artista Plástico) - Alfredo Wagner B. de Almeida (Antropólogo) - Alípio Freire (Jornalista) - Alvaro de Vita (USP) - Amélia Cohn (USP) - Ana de Hollanda (Artista) - Ana Mae Barbosa (Educadora) - Ana Maria Saul (PUC/SP) - Ana Miranda (Escritora) - Ana Mondini (Artista) - Ana Waleska Mendonça (PUC/RJ) - André Lázaro (UERJ) - Antônio Anselmo Bentes de Oliveira (HU/UFPA) - Antonio Cândido (Escritor) - Antônio Carlos Gomes Siqueira (Engenheiro) - Antônio de Andrade (Ator) - Antonio Grassi (Ator) - Antônio Ibañez Ruiz (ex-reitor do UNB) - Antônio J. M. Abreu (Sociólogo) - Antônio Pitanga (Ator) - Arakcy Martins Rodrigues (FGV) - Ari Quintela (Matemático) - Ariano Suassuna (Escritor) - Arlete Moisés Rodrigues (UNICAMP) - Augusto Boal (Teatrologista) - Augusto Sampaio (PUC/SP) - Aziz Nacib Ab'Saber (USP) - Beatriz Costa (Educadora Popular) - Bernardo Novais da Mata Machado (Historiador) - Bertha B. R. Valle (UERJ) - Bertaldo Kruse (UFPE) - Beto Paixão (Músico) - Caito Marcondes (Artista) - Capinan (Poeta e Compositor) - Carlito Maia (Publicitário) - Carlos Alberto Aragão (UFRJ) - Carlos Alberto Marques Novaes (CEBRAP) - Carlos Alberto Reyes Maldonado (UEMT/Cáceres) - Carlos Alberto Ricardo (Antropólogo) - Carlos - Escobar (UFRJ) - Carlos Lira (Compositor e Cantor) - Carlos Nelson Coutinho (UFRJ) - Carlos Plastino (PUC/RJ) - Carlos Rocha (Diretor de teatro) - Celi Taffarel (UFPE) - Célia Gouveia (Coreógrafa) - Celso Frateschi (Ator) - Celso Pinto (UFPE) - Chaim Samuel Katz (Psicanalista) - Chico Expedito (Ator) - Christina Buarque de Holanda (Cantora) - Clara Ant (Arquiteta) - Clarisse Abujamra (Artista) - Claudete de Carvalho (Artista) - Cláudia Calmonowitz (Diretora) - Cláudio Chakman (Artista) - Claudionor Germano (Cantor) - Cleo Irene Franck Muxfeldt (Assist. Social e Historiadora) - Clemente Viscaino (Ator) - Clovis Moura (Escritor) - Cristiana Aché (Atriz) - Cristiana Pereira (Atriz) - Cristovam Buarque (ex-reitor do UNB) - Cynthia Figueiredo Camargo (Jornalista) - Dalmo de Abreu Dallari (Jurista) - Daniela Jaime Smith (Artista) - Dantas Suassuna (Artista Plástico) - Delson Antunes (Ator) - Dione Barreto (Escritora) - Domingos de Oliveira (Artista) - Durvalina Soares Silva (Artista) - Edgar Luiz de Barros (Artista) - Edio Rafael (Poeta Popular) - Edla Soares (Educadora) - Edmar Lopes (Carnavalesco) - Ednaldo Freire (Artista) - Edneusa Oliveira (Comunicadora) - Eduardo Gudim (Músico) - Eduardo Marques (UNICAMP) - Eduardo Raposo (PUC/RJ) - Eduardo Silva (Ator) - Eduardo Suplicy (FGV) - Edward J. Amadeo (PUC/RJ) - Eliana Yococco (Escritora) - Eliane Azevêdo (ex-reitora da UFBA e ex-vice-pres. SBPC) - Eliane Falcão (Psicóloga) - Eliete Negreiros (Cantora) - Elita Afonso (Escritora) - Elizete Cardozo (UFRJ) - Emerson Pires de Souza (UFAM) - Emilio Kalil (Produtor Cultural) - Emir Sader (USP) - Enio Silveira (Editor) - Erminia Maricatto (USP) - Ester Góes (Atriz) - Everaldo Martins (Médico) - Fábio Konder Comparato (Jurista) - Fernando Celso Uchoa Cavalcante (Centro L. Am. Física) - Fernando Conceição (USP) - Fernando de Souza Barros (UFRJ) - Fernando Gabeira (Jornalista e Escritor) - Fernando Millan (Advogado e Marchand) - Fernando Peixoto (Ator e Diretor) - Flávia da S. Lobo (Artista) - Flávia Monteiro (Atriz) - Flavio Villaca (FAU/USP) - Florestan Fernandes (Sociólogo) - Francisco de Oliveira (CEBRAP) - Francisco Stockinger (Escultor) - Francisco Walter Costa (UERJ) - Francisco Weffort (USP) - François Fourton (Atriz) - Franklin Coelho (UFRJ) - Frei Betto (Escritor) - Gabriel Cohn (USP) - Geraldo Cavagnari (UNICAMP) - Geraldo Sarno (Cineasta) - Getúlio César de Paula (Artista) - Giba Assis Brasil (Músico e Cineasta) - Gilson Oliveira (Compositor e Instrumentista) - Giorgio Angelo L. Parca (UNB) - Gisele Goldoni (Produtora) - Giuseppe Baccaro (Artista Plástico) - Goffredo da Silva Telles Junior (Jurista) - Gonçalo Guimarães (UFRJ) - Graça Berman (Atriz) - Graça Lago (Professora) - Guido Mantega (FGV) - Guido Rocha (Artista Plástico) - Guilherme Almeida Prado (Cineasta) - Haroldo Corrêa Rocha (UFES) - Haroldo de Campos (Poeta) - Helena Hirata (Socióloga) - Heloisa Jonh (Artista) - Hélvio Neves Guerra (UFAM) - Henrique Antoun (Professor) - Henrique Rattner (USP) - Huo Gonzalez (Artista) - Ildeu de Castro Moreira (UFRJ) - Ileana Kwasinski (Atriz) - Inaia Carvalho (Socióloga) - Inês Kouri (Escritora) - Irineu Bogarialli (USP) - Itamar Kalil (Arquiteta) - Ivana Bentes (UFRJ) - Ivamar Vilanova (Compositor e Poeta) - Jacob Gorender (Historiador) - Jader Nunes (UFPB) - Jaime Antonio Sardi (UF Ouro Preto) - Jair Borin (USP) - Jal (Cartunista) - Jayme de Azevedo Gusmão (Engenheiro) - Jerônimo Gustavo de Góis Rosado (Produtor Cultural) - João Quartim de Moraes (UNICAMP) - João Alexandre Barbosa (Editor) - João Antonio de Paula (UFMG) - João Baptista Breda (Psiquiatra) - João Claudio Tolorov (UNB) - João Roberto Simões (Ator) - João Vitti (Ator) - Johana Albuquerque (Artista) - Jorge Eduardo Mattoso (UNICAMP) - Jorge Furtado (Cineasta) - Jorge Schwartz (Editor) - Josaio Goudar (PUC/RJ) - José Alvaro Moisés (USP) - José Carlos Machado (Artista) - José Carlos Melo (Engenheiro) - José Carlos Ruy (Escritor e Jornalista) - José Eli da Veiga (USP) - José Gomes da Silva (Agrônomo ex-presidente do INCRA) - José Graziano da Silva (UNICAMP) - José Henrique de Farias (UFRJ) - José Joffily (Cineasta) - José Luiz Del Roio (Historiador) - José Luiz Fiori (UFRJ) - José Márcio Barros (Museu Histórico Abílio Barreto/BH) - José Márcio Camargo (PUC/RJ) - José Maria Cançado (Escritor e Jornalista) - José Maria Gomez (UFRJ e PUC/RJ) - José Miguel Wisnik (USP) - José Paulo Netto (USP) - José Renan de Medeiros (UFRN) - José Ricardo Ramalho (UFRJ) - José Ricardo Taville (UFRJ) - José Rubens Siqueira (Diretor) - José Sérgio Leite Lopes (Antropólogo) - José Wellington Germano (UFRN) - Juarez Correyo (Escritor) - Júlio César Vigliani Penna (UF Uberlândia/Embrapa) - Kate Lyra (Atriz) - Kleiton Romil (Músico) - Leandro Konder (UFF) - Leda Alves (Atriz e Produtora Cultural) - Leda Senise (Cenógrafa) - Lelia Garcia (Artista) - Lelia Abramo (Atriz) - Leonardo Boff (Teólogo e Escritor) - Leonardo Franco (Artista) - Leonardo Guimarães (Economista) - Leonardo Vieira (Ator) - Leonor Correia (Apresentadora) - Lígia Coelho de Souza (CCBPF) - Lília Cabral (Atriz) - Lillian Sarkis (Atriz) - Lourival Prudente (Ator) - Lucélia Santos (Atriz) - Lúcia Maria Moraes (PUC/GO) - Lúcia Melo (FUNDAG) - Lucy Barreto (Cineasta) - Luis Ablas (USP) - Luis Arraes (Escritor) - Luis Carlos de Menezes (USP) - Luis Fernando Lobo (Diretor e Teatrologista) - Luis Marinho (Escritor) - Luiz Alberto G. de Souza (Cientista Político) - Luiz Carlos Almeida Garracha (Diretor de teatro) - Luiz Carlos Barreto (Cineasta) - Luiz Carlos de Oliveira Lima (UFRJ) - Luiz Claudio Faria (Músico) - Luiz Edmundo Tavares (UERJ) - Luiz Felipe de Alencastro (CEBRAP) - Luiz Flávio P. Barros (UERJ) - Luiz Matt (UFBA) - Luiz Pinguelli Rosa (COPPE) - Luiz Umberto Pinheiro (ex-secret. Saúde Bahia e UFBA) - Luiza Helena Nunes Ermel (PUC/RJ) - Luque Daltrazo (Ator) - Manlio Silvestre Fernandez (UFRJ) - Manoel Correia de Andrade (Geógrafo) - Manoel Salustiano (Cultura Popular) - Marcelo Almado (Artista) - Marcelo Decária (Artista) - Marcelo Escorel (Ator) - Marcelo Rubens Paiva (Escritor) - Márcio Aurélio (Diretor de teatro) - Márcio Tavares d'Amaral (UFRJ) - Márcio Thomaz Bastos (Jurista) - Marconi da Silva Scorini (Artista) - Marcos Boltassi (Cenógrafo) - Marcos Eugenio da Silva (USP) - Marcos Ximenes Ponte (UFF) - Marcus Barros (ex-reitor da UFAN e Fiocruz/AM) - Margarida Genevois (Atriz) - Maria Alice Vergueiro (Atriz) - Maria Antonieta Cunha (Secr. de Cult./BA) - Maria Bernardete Cordeiro de Sousa (UFRN) - Maria Cristina Mello (Artista) - Maria da Conceição Tavares (Economista) - Maria de Jesus Versiani (UF Ouro Preto) - Maria Eugênia Raposo da Silva Telles (Advogada) - Maria Helena Ramos (UFRJ) - Maria Inês Souza Bravo (UFRJ) - Maria José Araújo Lima (Instít. Ecologia Humana) - Maria Paula de Oliveira Benatto (IBAMA) - Maria Sílvia (Artista) - Maria Tornaghi (UERJ) - Maria Victoria Benevides (Cientista Política) - Marilena Chauí (USP) - Marília Andrade (Socióloga) - Maringoni (Cartunista) - Mário Lago (Ator) - Marisa Leão (Cineasta) - Marise Lima de Castro (Poeta e Jornalista) - Marli Monteiro (Artista) - Marta Suplicy (Psicanalista) - Matias Capovilla (Músico) - Mauricio Tizumba (Músico) - Mayara de Castro (Artista) - Mayara Magri (Atriz) - Michael Löwi (Filósofo) - Michel Le Ven (UFMG) - Miguel Pereira (PUC) - Milton Hotoum (Escritor) - Miro Nalles (Artista) - Moacir Gadotti (USP) - Moacir Werneck de Castro (Escritor e Jornalista) - Moacir Félix (Poeta) - Moacyr Palmeira (Antropólogo) - Modesto Carone (Escritor) - Muniz Sodré (UFRJ) - Muriel Saragoussi (INPA) - Muriel Scott (Artista) - Murilo Santos (Cineasta) - Naide Teodósio (UFPE) - Nei Lisboa (Músico) - Neide Esterici (UFRJ) - Nelson Fraiji (UFAM) - Nivaldo Pontes de Azevedo (UFPB) - Nestor Barbosa de Andrade (UF Uberlândia) - Newton Lima Neto (Universidade de S. Carlos) - Nícia Garcia (Atriz) - Nilson Carlos Louzado (Artista) - Nilson Pinto de Oliveira (ex-reitor do UFPA) - Nivaldo Todor (Artista) - Octávio Ianni (UNICAMP) - Oscar Magrini (Ator) - Osmar Antonio de Piero (Artista) - Oswaldo Caldeira (Cineasta) - Osvaldo Gabrieli (XPFO - Artista) - Osvaldo Lima Filho (Adv. ex- ministro da Agricultura) - Otávio Soares Dulci (UFMG) - Otílio Arantes (USP) - Padre Olinto Pegoraro (UFRJ) - Passoca (Músico) - Paul Singer (CEBRAP) - Paulo Betti (Ator) - Paulo Caldas (Escritor) - Paulo Cavalcanti (Escritor e Jornalista) - Paulo Eduardo Arantes (USP) - Paulo Freire (Educador) - Paulo Nogueira Batista Jr. (FGV) - Paulo R. S. Oliveira (IBAMA) - Paulo Roberto Rodrigues (UFF) - Paulo Sérgio Pinheiro (USP) - Paulo Thiago (Cineasta) - Paulo Vaz (UFRJ) - Pedro Agostinho (UFBA) - Pedro Cardoso (Ator e Diretor) - Pedro Paulo Covo (Dramaturgo) - Pedro Sinando Leite (UFCE) - Plínio de Arruda Sampaio (PUC/SP) - Raimundo Carrero (Escritor) - Raquel Paiva (UFRJ) - Raquel Rolnik (PUC/Campinas) - Raul Barreto Filho (Ator) - Regina Lopes (Atriz) - Regina Novaes (Cientista Social/UFRJ) - Regina Torres (Diretora) - Reginaldo Gonzaga (Ator) - Reginaldo Guimarães (UERJ) - Renan Freitas Pinto (UFAM) - Renato César Maller (UERJ) - Renato Janine Ribeiro (USP) - Renato M. Caldas (Artista) - Renato Ortiz (UNICAMP) - Renato Scripili (Cenógrafo) - René Armond Dreifuss (UFF) - Ricardo Silva Thé Pontes (UFCE) - Ricardo Vieira Castro (UERJ) - Riolando Azzi (Historiador) - Rizio Bruno Sant'Ana (Artista) - Roland Corbisier (Filósofo) - Rosa Casolli (Artista) - Rosa Freire d'Aguiar (Jornalista) - Rosa Maria Ribeiro Pedro (UFRJ) - Roselane Soares Peixoto (Odontóloga) - Roseli Silva (Artista) - Rosi Campos (Atriz) - Rosilene Alvim (UFRJ) - Rubens Vieira (UFRJ) - Samuel Macdowell de Figueiredo (Advogado) - Sandra de Carvalho Zamagno (Odontóloga) - Sebastião de Souza (Diretor de teatro) - Sérgio Lemos (Jornalista e Pintor) - Sérgio Lyra David (Músico) - Sérgio Machado Rezende (UFPE) - Sérgio Mamberti (Ator) - Sérgio Rezende (Ator) - Sérgio Sanz (Cineasta) - Sérgio Sister (Artista Plástico) - Silvio Tendler (Cineasta) - Siran Franco (Artista Plástico) - Stela Freitas (Atriz) - Tadeu di Pietro (Ator) - Tales Afonso Franck Murfeld (Cineasta e Psicólogo) - Talis Silveira (Músico) - Tânia Bacelar (Economista) - Tarcísio Ferreira (BELOTUR/BH) - Taia Amaral (Cineasta) - Teco Dourado (Marchand) - Telê Moraes (Cineasta) - Toinho Alves (Músico) - Vânia Bastos (Cantora) - Vanja Campos (Escritora) - Vasco Prado (Artista Plástico) - Venâncio Pinheiro (Artista Gráfico) - Vera Lúcia Rodrigues (Socióloga PUC/Campinas) - Vera Lúcia Vieira (Historiadora e Educadora - PUC/SP) - Vera Silva Telles (USP) - Vera Tokairim (Artista) - Victor Cruz Rodrigues (UFRJ) - Vileni Garcia (Escritora) - Vinícius Caldeira Brandt (UFMG) - Vital Santos (Dramaturgo e Encenador) - Vitoriano Alves da Silva (UF Uberlândia) - Vivien Backup (Atriz) - Wagner Tiso (Músico) - Waldir de Albuquerque (UFAM) - Walter Breda de Souza (Artista) - Wanderley Guilherme dos Santos (Cientista Político) - Warwick Estevam Kerr (UF Uberlândia) - William Carvalho (UFGO) - Wilson Cano (Economista) - Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC/Campinas) - Wolfgang Leo Maar (UF São Carlos) - Yolanda Cardoso (Atriz) - Yves Lesbaupin (UFRJ) - Zé da Flauta (Músico) - Zélia Amador de Deus (UFPA) - Zelino Vieira (Cineasta) - Zenaide Gonçalves Hashimoto (Artista) - Zezé Mota (Atriz e Cantora) -



A defesa de Bisol

Favorável à candidatura da direita a imprensa impede o acesso do público à defesa do vice da esquerda

Vítima da maior e mais densa onda de ataques da atual campanha eleitoral, o senador José Paulo Bisol, candidato a vice-presidente da República pela Frente Brasil Popular, não obteve, pelo menos até agora, espaço para se defender das acusações nos meios de comunicação. Quando as explicações aparecem, são escondidas em cantos de página. A partir dos relatos feitos pelo vice à Coordenação da Campanha, é possível destacar:

Sobre os empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil

Além de um documento assinado pelo presidente do banco, Alcir Calliari, atestando que todas as operações são perfeitamente regulares, não há nenhum privilégio especial, como insiste em dizer a mídia.

Os empréstimos foram concedidos em linhas normais de crédito, dentro das "cláusulas uniformes", a que todos os proprietários rurais com garantias de rendimentos exigidas pelo banco têm acesso. Trata-se de um contrato padrão. A diferença é que Bisol, ao contrário do que fazem grandes produtores rurais, que desviam o dinheiro dos empréstimos do BB para outros negócios, aplicou todos os recursos na produção de alimentos, como reconhece a imprensa quando fala de sua propriedade rural em Buritis (MG).

Sobre a aposentadoria como desembargador

Os jornais afirmam que Bisol aposentou-se com apenas sete meses de trabalho como desembargador. É uma deturpação primária. A "denúncia" esconde o fato de o senador ter trabalhado como juiz durante 25 anos, antes dos referidos sete meses, e que havia exercido antes outras ocupações, somando tempo suficiente para se aposentar. Como qualquer trabalhador nessas condições, conforme determina a lei, recebe os proventos referentes à função — no caso, de desembargador — que exercia quando completou o tempo de serviço. Afinal, o cargo de desembargador é o último estágio da carreira de juiz e a aposentadoria com o salário correspondente é a praxe tam-



Bisol, Lula e Victor Buaziz, candidato a governador, em campanha no Espírito Santo



Aillom de Freitas

bém para professores universitários, militares ou oficiais, que ingressam no último estágio das respectivas carreiras.

Pedir outro tratamento seria o mesmo que solicitar que o também gaúcho Paulo Brossard, em vias de se aposentar como juiz do Supremo Tribunal Federal, passe a receber o salário de sua primeira profissão.

Mas há ainda outra "acusação": a de que Bisol teria chegado ao cargo de desembargador graças a uma concessão feita pelo governador gaúcho Sinval Guazelli, da Arena. A imprensa esconde que Bisol foi escolhido em lista tríplice elaborada por seus pares. Omite também a perseguição política até então sofrida pelo juiz, que foi várias vezes preterido, em ocasiões anteriores à nomeação, devido aos pronunciamentos feitos antes de 64 que irritaram os militares.

E, afinal, nunca menciona o conhecido motivo pelo qual o então desembargador Bisol decidiu aposentar-se naquele momento: foi como protesto à limitação das prerrogativas da magistratura embutidas no autoritário "pacote de abril" do ditador Geisel!

Sobre o suposto "nepotismo"

As "denúncias" também não têm fundamento. Em nenhum momento de sua carreira política Bisol efetivou

qualquer parente em cargo público. Seu filho Jairo trabalhou no gabinete do senador, na Assembléia Legislativa gaúcha, apenas no período em que Bisol foi deputado. O mesmo acontece com o irmão do senador, que, na verdade, aposentou-se como servidor público, mas na função de delegado de polícia. A nora de Bisol, ao contrário do que afirma a imprensa, nunca trabalhou com o vice de Lula. Ela foi assessora da liderança do PMDB na Assembléia do Rio Grande do Sul. Confundiram-se os denunciadores com o fato de, na época, Bisol ser daquele partido e exercer o cargo de deputado estadual. Sobre a outra nora, ela nem passou perto dos gabinetes do senador. Trabalhou na Procuradoria de Justiça.

Empréstimo na Caixa

O empréstimo obtido por Bisol através de convênio firmado pela Assembléia Legislativa gaúcha e a Caixa Econômica do Rio Grande do Sul já foi considerado legal em decisão de última instância do Supremo Tribunal Federal. Sem levar isso em conta, o senador afirma que hoje não tomaria empréstimos naquelas condições. É preciso lembrar — o que a imprensa não faz — que, na época, convênios entre legislativos e instituições financeiras estatais eram vantajosos para ambas as partes, ao contrário do que acontece hoje.

Passados alguns anos, as associações de previdência dos parlamentares tiveram seus recursos mal geridos e receberam injeções de recursos públicos para sobreviver. Bisol tomou o empréstimo quando o convênio acabara de ser firmado. Recordo o senador que, na época, bancos particulares tentaram tomar o lugar da Caixa Estadual, exatamente pelas vantagens que o convênio lhes oferecia.

Empréstimo como juiz

Outro empréstimo considerado "irregular" foi o obtido por Bisol e outros 332 juízes gaúchos através de convênio entre a Caixa Estadual do Rio Grande do Sul e a Associação de Juizes daquele Estado. Nesse caso, também a imprensa não diz que Bisol em nenhum momento fez gestões no sentido de o convênio ser realizado. Pior do que isso: o senador não é réu de nenhum processo. Na verdade, ao tomar aquele empréstimo, Bisol, como os outros 332 juízes, exercia um direito oferecido aos magistrados por sua Associação específica.

Emendas ao Orçamento
Finalmente, em relação às emen-

das ao Orçamento beneficiando o município mineiro de Buritis, foram defendidas por líderes de todos os partidos na Câmara Municipal. Segundo parecer da Assessoria Técnica do Senado, os valores dos recursos necessários para executar as obras foram "claramente rasurados". O senador está processando o prefeito da cidade por adulteração de documentos. E é bom que se diga, as emendas de Bisol nada têm a ver com entidades fantasmas ou os inexplicáveis cheques nas contas dos chamados "anões do Orçamento".

O sentido das denúncias

Em primeiro lugar, a tentativa de descontextualizar fatos da vida de Bisol deve ser rejeitada. Bisol é um companheiro que vem de tradição da militância democrática do MDB. Como muitos outros brasileiros honestos e trabalhadores, fez jus a vantagens legais oferecidas a determinadas corporações e segmentos da sociedade. Nem por isso esses brasileiros podem, sequer de longe, ser considerados responsáveis pela miséria e a exclusão que atingem a maioria da nação.

O importante, nesse caso, é que, como candidato a vice-presidente na chapa da Frente Brasil Popular, Bisol defende a quebra dos privilégios e subsídios imorais, como aliás, demonstrou fartamente por suas repetidas posições de voto, como por exemplo contra a aposentadoria especial na Constituinte, ou ainda na sua insistência, junto com o senador Suplicy, em barrar os "trens da alegria" no Senado da República.

Por fim, a tentativa de promover estelionato eleitoral, através do Plano Real, e as calúnias contra Bisol, a quem não é dado o direito de se defender, são um sinal da importância dramática da disputa pelo governo.

Interessadas em preservar seus interesses a qualquer custo, as elites aprofundam a cada dia os ataques contra a esquerda. Depois de vários meses de dispersão, as classes dominantes uniram-se agora contra a Frente Brasil Popular. A onda de ataques revela apenas, na verdade, que as eleições não serão um debate entre cavaleiros. O autêntico massacre contra a Frente Brasil Popular, que o adversário procura promover com o apoio de toda a grande imprensa, só pode ser compensado com a mobilização da militância.

Coordenação da Frente Brasil Popular

QUINZENA

Trabalhadores, greves, organização da produção, saúde e segurança do trabalho, contrato coletivo, sindicatos, CUT, terra, mulher, moradia, igreja, partidos democráticos e populares, cultura, economia e política nacional e internacional. Se você precisa de Opinião e Informação quinzenal sobre esses assuntos, então assine já o Boletim **QUINZENA**

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Individual

6 meses R\$10,00

12 meses R\$ 20,00

Entidades sindicais e outros

6 meses R\$ 12,00

12 meses R\$ 24,00

Exterior - via aérea

6 meses US\$ 60,00

12 meses US\$ 120,00

O pagamento deverá ser feito em nome do CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro em cheque nominal, cruzado, ou vale postal desde que seja endereçado para a agência do correio Bela Vista

CEP 01390-970 - Código da Agência 403.300

QUINZENA - Publicação do CPV - Caixa Postal 65.107 - CEP 01390-970
São Paulo - ☎ (011) 285.6288

Mudar a face do campo

O coordenador do programa agrário revela os planos para enfrentar o latifúndio e produzir alimentos

No próximo dia 24, dois encontros de Lula — um com sem-terras no Rio Grande do Sul, outro com pequenos agricultores no Paraná — marcarão, às vésperas do Dia do Trabalhador Rural, o lançamento do programa da Frente Brasil Popular para o campo. Tocantinense de Porto Nacional, poeta premiado pela Casa das Américas de Cuba, e secretário do PT para assuntos agrários, Hamilton Pereira expõe ao **Brasil Agora** os principais aspectos da proposta. Filho de retirantes nordestinos que se estabeleceram no interior do que era o Estado de Goiás, Hamilton jamais abandonou a luta contra o latifúndio. “Ninguém é filho de posseiros por acaso”, gosta de dizer ele, que fala nesta entrevista sobre desapropriações, auto-suficiência na produção de alimentos, luta contra o trabalho escravo, demarcação de terras indígenas e métodos naturais de combate às pragas.



Foto: Milton Pomar



Hamilton Pereira, secretário Nacional Agrário do PT

Arquivo: Teoria & Debate

Brasil Agora: Lula lança dia 24 seu programa de reforma agrária e políticas agrícolas. Quais são os pontos principais?

Hamilton Pereira: Queremos refazer o contrato entre a agricultura e a sociedade brasileira. Nos últimos 25 anos tivemos um desenvolvimento agrícola extraordinário do ponto de vista da absorção de tecnologias, irrigação e aumento da produtividade. Ao mesmo tempo, aumentou aceleradamente a fome do povo. A produção rural desviou-se de seu principal objetivo, que é alimentar a população, e voltou-se para a produção de divisas. A consequência são os 32 milhões de famintos no país. Esse contrato só será refeito se cumprirmos certas metas: entre elas assentar ao menos 800 mil famílias, para incorporá-las ao processo econômico e à vida política; romper o monopólio do poder político exercido pelos grandes proprietários nos “fundões”; ampliar rapidamente a parcela de nossa área agricultável destinada à produção de alimentos, que hoje se limita a 10%; e estabelecer condições dignas de vida na maior parte dos municípios, que não contam com níveis satisfatórios de saneamento básico, eletrificação rural, serviços de saúde e educação.

Elites armam uma “santa aliança” contra a reforma agrária

BA: Nas últimas décadas as elites derrubaram ministros e presidentes que tentaram fazer a reforma agrária. Como enfrentá-las?

Hamilton: Criou-se durante a Constituinte uma espécie de “santa aliança” para impedir a reforma agrária. A emenda popular que propunha a reforma agrária, e recebeu 1,5 milhão de adesões, foi derrotada por uma coligação de forças que incluiu não apenas os latifundiários de espora e chapelão mas também vastos setores do empresariado rural, os bancos e a grande indústria. A ditadura militar uniu os interesses desses setores. Quando você fala em latifúndio está se referindo

também a Bradesco, a Itaú, a Banco Nacional, a Volkswagen, que tinha até há pouco vastas áreas de terra no sul do Pará. Por outro lado, houve uma evolução positiva. A organização dos trabalhadores multiplicou-se, através do Movimento dos Sem-Terra, dos sindicatos, das associações de produtores e das cooperativas. Esse conjunto de forças populares recolocou a reforma agrária na pauta nacional, agora sob um novo ângulo não exclusivamente ideológico: ela é essencial para acabar com a fome e a miséria no país.

Indenizaremos com dinheiro vivo apenas as benfeitorias

BA: Que propriedades estão sujeitas à desapropriação?

Hamilton: Nenhuma propriedade com menos de 500 hectares será desapropriada no Sul, Sudeste ou no Nordeste. No Centro-Oeste não haverá desapropriação abaixo de 1.000 hectare e no Norte estão garantidas todas as propriedades com menos de 1.500 hectares. Será desapropriada a terra ociosa acima desses limites, na quantidade necessária para atender à demanda social que se acumulou ao longo das últimas décadas, quando a concentração fundiária assumiu velocidade assustadora.

BA: Haverá indenizações?

Hamilton: A legislação obriga a indenizar em dinheiro vivo apenas as benfeitorias. A lei permite — e será assim — pagar as terras ociosas em Títulos da Dívida Agrária. Também faremos uma completa revisão do

Imposto Territorial Rural, que simplesmente não é pago. O valor das propriedades é inteiramente subestimado, para reduzir o imposto a pagar. Vamos cobrar o imposto e fazer a desapropriação de acordo com o valor fiscal declarado. Não vamos premiar com grandes somas de dinheiro público aquele setor da sociedade que especula com um bem essencial ao desenvolvimento do país.

No Nordeste há monopólio das terras e das águas

BA: O Brasil produz muito mais soja que feijão, muito mais cana que mandioca. Como convencer os agricultores a cultivar os doze itens da cesta básica de alimentos?

Hamilton: Vamos dar prioridade à agricultura familiar, invertendo a política de crédito, que concede 80% dos recursos a 20% de grandes proprietários. As propriedades de 100 a 1.000 hectares, que são altamente produtivas, também receberão certos benefícios. As propriedades produtivas acima dessas dimensões não serão agredidas — mas deixarão de ter privilégios. Que recorram aos créditos dos bancos particulares.

Quanto à cana, vamos incentivar as miniusinas, que além de tudo poluem muito menos. Não queremos liquidar o cultivo da cana, mas ela não poderá continuar ocupando uma parcela tão ampla das terras mais férteis do país.

BA: Que tipo de ações o programa prevê para enfrentar os problemas do semi-árido nordestino?

Hamilton: Trata-se de um problema

que não está relacionado apenas com a falta de chuvas: a prova é que a miséria é tão profunda na Zona da Mata de Pernambuco, muito úmida, quanto no Sertão. O que ocorre é que além do monopólio da terra há o monopólio da água. Mais de 90% dos açudes construídos no Nordeste com dinheiro público estão em áreas particulares.

A concentração fundiária gravíssima nos obrigará a adotar um programa de reforma agrária prioritário para a região. Ele incluirá políticas de saneamento, irrigação, estradas vicinais, escola e saúde. É a única forma de acabar com o êxodo humano, tanto para o Centro-Sul quanto para capitais inchadas como Recife e Fortaleza.

BA: Como melhorar as condições de trabalho e previdência dos agricultores?

Hamilton: Mais de um século após a “abolição”, houve nos últimos cinco anos a quadruplicação dos casos de trabalho escravo. Em certas atividades, como as carvoarias do Mato Grosso do Sul, as derrubadas de Rondônia, tornou-se uma prática corriqueira. Mas ocorre também em Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul e envolve muitas vezes crianças.

Vamos estabelecer a obrigatoriedade do registro em carteira de trabalho e eliminar o recurso da escravidão. Também para isso a reforma agrária é indispensável. A mão-de-obra rural precisa estar defendida, para que não seja obrigada a se entregar ao primeiro “gato” que aparece.

Demarcaremos a todo custo as reservas indígenas

BA: De que forma tratar a demarcação das terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos?

Hamilton: Cumprindo a Constituição com rigor, o que significa assumir perante a sociedade um claro compromisso com a demarcação. Também as terras indígenas só serão defendidas se houver reforma agrária. Ela é que diminuirá as pressões dos agricultores sobre os índios. O que ocorre frequentemente é que o latifúndio pressiona o camponês e este invade as áreas indígenas.

BA: O que prevê o programa para a substituição dos defensivos agrícolas por métodos naturais para controle de pragas?

Hamilton: Nos últimos vinte anos desenvolveram-se alternativas viáveis a essa monstruosidade chamada de “revolução verde”, que disseminou o uso de agrotóxicos em níveis absurdos. Não é possível adotar um processo sustentado de desenvolvimento agrícola baseado nesses produtos, que envenenam o agricultor, o consumidor e a terra. Sabemos que vários tipos de cultura não podem ser defendidos apenas com métodos naturais. Mas, ao contrário do que ocorreu frequentemente nas últimas décadas, estamos comprometidos a não subordinar a atividade agrícola aos interesses dos vendedores de insumos químicos.

“ Os sem-terra não são violentos! Violento é quem não faz a Reforma Agrária! Violento é quem não tem política agrícola para ajudar o pequeno e o médio agricultor. ”

(Lula, comício do Anhangabaú - 12 junho 94)



Foto: Hugo Scottie

Espaço Carlito Maia

Os companheiros do Comitê de Cultura criaram o Espaço Carlito Maia, "onde vale o escrito, vale o fotografado, vale o desenhado, vale o falado, enfim, onde vale o político". O espaço fica no hall de entrada do edifício sede do Comitê Nacional Lula Presidente, em São Paulo, e destina-se à exposição permanente de parte do acervo de Carlito Maia e de fotografias, cartuns e desenhos que registrem a campanha presidencial de 1994. O espaço é de uso coletivo do Comitê, mas pode ser o local também de festas, encontros, eventos, etc...

"Tenho verdadeiro asco da expressão e da atividade 'marketing político'. Sendo um petista apaixonado, não vejo sentido em receber um centavo que seja pelo que crio para o partido, sempre no amor. A começar por 'oPTei', 'Lula-lá', 'Nada queremos dos outros, mas exigimos o que é nosso' e 'Teje livre'", diz Carlito.

A inauguração do espaço será dia 1º de agosto, às 18:30 h, como parte da inauguração da fachada do prédio do Comitê Nacional, na Avenida Angélica, 35. Haverá um coquetel com a presença de Carlito Maia e de convidados e que será animado por um grupo de jazz.

O material fotográfico e os desenhos serão produzidos pelo Comitê de Cultura, aproveitando trabalhos realizados nas caravanas e fotos e cartuns de publicações da imprensa de todo o país. Haverá rodízio do material exposto a cada quinze dias.



Sede do Comitê Nacional Lula - Presidente



Carlito Maia

Cartilha para empresários

O Comitê de Empresários Lula Presidente lançou dia 19 de julho a publicação *Fatos e Versões - O que você precisa saber sobre o Programa de Governo Lula*. A cartilha esclarece dezesseis argumentos que são usados contra a campanha Lula. "Percebemos que existe muita desinformação, por isso decidimos fazer um material para esclarecer o setor empresarial sobre as propostas de governo", diz Oded Grajew, membro da coordenação nacional da campanha Lula Presidente e coordenador do Comitê de Empresários. "As dúvidas são sempre as mesmas, em Nova Iorque ou Juazeiro do Norte", completa ele. A publicação vai ser distribuída às entidades empresariais e durante encontros com empresários.

As políticas de governo para as mulheres

Seminário para discutir o Programa de Governo Lula em relação às mulheres acontecerá entre os dias 15 e 17 de agosto, no Hotel Danúbio, em São Paulo. O objetivo é reunir as propostas das entidades ou grupos de mulheres para o Programa de Governo da Frente Brasil Popular pela Cidadania na área econômica e debater os efeitos que essas propostas terão na vida das mulheres. Vai também discutir a estrutura de governo, que desenvolverá as políticas relacionadas às mulheres.

Programa:
dia 15, às 18h30
 Democracia e políticas de gênero
dia 16, às 9h30
 Mulher: trabalho, desenvolvimento e pobreza
dia 16, às 14h00
 Políticas públicas e movimentos sociais
dia 17, às 9h30
 Estrutura de governo para as políticas de gênero

Informações com Olga, no Comitê Nacional Lula Presidente, pelo telefone (011) 861-3155, ramal 265, ou pelo fax (011) 826-0782.

Na campanha do Zé Dirceu

Plenária para discutir a participação das mulheres na campanha de Zé Dirceu e para elaborar um calendário de atividades vai acontecer no dia 25 de julho, às 19 horas.

Será no Diretório Regional do PT, Rua Conselheiro Nébias, 1.052.

Contatos com Estados

A Coordenação da Campanha criou um setor para contatar os Estados, que fará a ligação entre a Coordenação Nacional e as Coordenações da Campanha Lula e as Coordenações de Organização e Mobilização nos Estados. Através desse setor pode-se fazer contatos entre as cidades-pólo e acompanhar a organi-

zação dos comitês populares. Supervisionam o setor Francisco Rocha e Bruno Maranhão, da Direção Nacional do PT, junto com os companheiros Manoel, Hélio Arantes e Dalva Sari-lho. Para contatos ligar para os fones (011) 826-8419 (direto); 861-3155, ramais 253 ou 287; e telefax (011) 826-0575.

			<p>PREÇOS Broches.....8 centavos Adesivos (cart. c/ 15).....80 centavos Plásticos p/ carro.....30 centavos Camisas.....3,60 reais Bandeiras.....4,00 reais Desc. p/ quantidades maiores</p>			

BROCHINHOS, ADESIVOS, CAMISAS PLÁSTICOS P/ CARRO, BANDEIRAS
PEDIDOS: TEL: 027 - 2228479
 B-ABA AUDIOVISUAL - C. Post. 01-1145 Vitoria -ES, Cep.29 001-970

Cresce a campanha no exterior

Os comitês pró-Lula não querem "apenas" conquistar os votos dos brasileiros que moram no exterior. Seu objetivo principal é viabilizar desde já a rede internacional de apoio ao governo Lula.

Os comitês internacionais de campanha pró-Lula têm desenvolvido um trabalho importantíssimo para o futuro governo de esquerda no Brasil. Na Europa eles existem na Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Itália, Portugal, França, Holanda, Suíça e Inglaterra. Nos EUA eles funcionam a todo o vapor em Nova Iorque, Boston, Washington e São Francisco. No Paraguai, o Grupo de Apoio à Candidatura Lula/94, com a participação de brasileiros, paraguaios e "brasiguaios". Além disso, petistas que moram em Santiago do Chile e El Salvador servem como representantes informais do partido naqueles países.

As atividades desenvolvidas pelos comitês, que em alguns momentos se confundem com os núcleos que já existem há tempo, têm tido uma participação significativa de brasileiros e de gente dos países onde estão. Todos os comitês têm publicações próprias.

Nos EUA os dois núcleos atuantes têm dado uma grande força para a aceitação de Lula como presidente do Brasil, discutindo com pessoas influentes na opinião pública e na política norte-americanas.

Um grande motivo de atração para as festas petistas tem sido a culinária brasileira. Na já tradicional festa anual do Partido Socialista Francês o Núcleo Paris do PT montou uma barraca e vendeu muita comida brasileira e a famosa caipirinha. Em Bolonha/Itália, a inauguração do comitê teve a participação de cerca de setecentas pessoas. Em Barcelona, brasileiros e catalães/espanhóis se reuniram para torcer por Romário, jogador do Barcelona e da seleção brasileira.



Sapo Barbudo agora em gibi

Uma revista com 36 páginas de quadrinhos e humor, tendo como personagem o Sapo Barbudo - também conhecido por Lula. Este é o lançamento do seleto elenco de cartunistas e desenhistas do Comitê de Cultura da FBP, formado, entre outros, por Jal, Spacca, Maringoni, Osvaldo Pavanelli, Ohi e Mouzar Benedito.

O gibi, com uma tiragem de 20 mil exemplares, apresenta "A verdadeira história da festa no céu", "Fernando HenRIQUINHO, o pobre candidato rico" (desenhos acima), "Conselhos políticos de Maquiavel", notas de rodapé de Carlito Maia e mais surpresas. A distribuição ficará por enquanto no eixo Rio-São Paulo, mas encomendas podem ser feitas pelo telefone (011) 223-7999



Militantes do PT fazem boca de urna em Milão (Itália) durante o segundo turno das eleições de 1989

Comitês populares vão à luta

Os comitês populares estão de volta. Em todas as campanhas do PT eles foram fundamentais e na campanha presidencial de 89 tiveram papel decisivo no enfrentamento com a estrutura milionária e corrupta de Collor. Desta vez a Frente Brasil Popular tem que enfrentar a maior ofensiva da direita brasileira (PFL/PPR/PSDB/PTB/FHC), com apoio ostensivo de importantes setores da mídia nacional, reforçado pelo lançamento do Plano Real, ligado à imagem de Fernando Henrique. E o candidato da direita, o anti-Lula, o candidato neoliberal, é cada vez mais o sociólogo com um pé na cozinha.

Para lutar contra o poder econômico e o poder do monopólio da comunicação das grandes redes, os comitês populares devem ser a base popular de sustentação da campanha de Lula-Presidente. Esse instrumento popular de campanha é o potencial de luta do povo em ação, a garra da militância e dos movimentos populares organizados.

Até agora, com uma demora reconhecida por todos, já existem comitês organizados e atuantes em todos os estados do país. Em duzentas cidades, centros de regiões importantes, eles funcionam com grande desenvoltura. A partir delas, outras cidades com populações menores e vilarejos começam a participar. Nas capitais e cidades maiores a irradiação se dá para os bairros e depois para cada rua.

"No começo temos que dar apoio e incentivo para a ampliação de seu raio de ação, depois a coisa se massifica e perde-se o controle. O povo toma em suas mãos a campanha e ninguém pode impedir sua vitória. Lutamos para alcançar esse momento", afirma Bruno Maranhão, Coordenador Nacional dos Comitês Populares.

Os comitês setoriais

Um dos instrumentos mais objetivos da campanha da Frente são os comitês setoriais, que planejam, organizam e executam a campanha em seu setor de

atividade profissional ou social. Além disso, eles contribuem ativamente com propostas concretas para aprofundar o Programa de Governo e concientizar os setores sociais para a disputa eleitoral. Com o material produzido por eles, os debates e reuniões ganham subsídios extras e mais profundos.

Os comitês setoriais nacionais, com os respectivos contatos são os seguintes:

Criança e adolescente	Mauro
Educação	Luiz e Olga
Políticas urbanas	Franco
Gays e lésbicas	José Roberto
Saúde	Leilton
Assuntos indígenas	Leinad
Esportes	Lino e Formiga
Ecologia e meio ambiente	Nilo
Terceira idade	Sônia Lins
Mulheres	Olga Fontan
Negros	Flavinho
Assistência social	Adelina
Cultura	Luque Daltroso
Juventude	Maurício/Fabiano
Agrários	Mônica
Portadores de deficiência	Janilson
Religiosos	Adilson Gatti
Transportes	Vanderlei
Luta anti-manicomial	Cristina

A Coordenadora Nacional dos Comitês Setoriais, Sônia Hipólito, acha que a criação desses comitês em cada estado e nas cidades mais importantes aprofundam a campanha de forma mais objetiva. "Com um comitê desses nas cidades maiores os setores sociais podem discutir amplamente e a eleição fica mais democrática, pois ganha maior participação popular", diz ela.

Já estão à disposição material produzido pelos comitês setoriais de Educação, Ecologia, Mulheres, Assistência Social, Religiosos, Empresários, Luta antimanicomial, Agrário e Negros. São textos para mobilização e trazem os "treze pontos" ou a "Carta de Lula" para os trabalhadores do setor. Entre em contato com esses comitês através do telefone: 861-3155, ramal 265, ou na sede da avenida Angélica, 35.

Pantanal em debate

O PT de Mato Grosso do Sul realizou o Seminário de Meio Ambiente e Desenvolvimento, nos dias 1 e 2 de julho, para localizar "as pistas para a elaboração do programa de governo, no que se refere às potencialidades econômicas da região pantaneira e sua relação com o meio ambiente, como afirmou Pedro Teruel, candidato a governador pela Frente Brasil Popular/MS. Gasoduto, hidrovia, Pantanal e Mercosul foram as bases da discussão no encontro.

O gasoduto, tema discutido pelo geógrafo Milton Mariane, o médico veterinário Renato Andreotti e a geóloga Gisela Levati, foi alvo de alerta sobre o impacto ambiental que uma obra dessa envergadura poderá provocar na região pantaneira. Gisela Levati esclareceu que, embora já tenha sido iniciada a obra, não há ainda um estado mais global sobre o impacto ambiental que provocará.

A geóloga apresentou fatos importantes para discussão, entre os quais o fato de que o investimento seria antieconômico, uma vez que é excessivamente alto para ser utilizado apenas durante vinte anos, tempo em que se esgotariam as reservas bolivianas.

Cláudia Goçaves, técnica do Instituto Brasileiro de Patrimônio Histórico disse que os 2,3 mil quilômetros do gasoduto atravessam importantes sítios arqueológicos, o que determinou que a obra não tivesse sido aprovada pelo Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente.



Ester Góis, S. Mamberti e Lula durante o Encontro de Cultura de São Paulo

Encontro define rumo da cultura

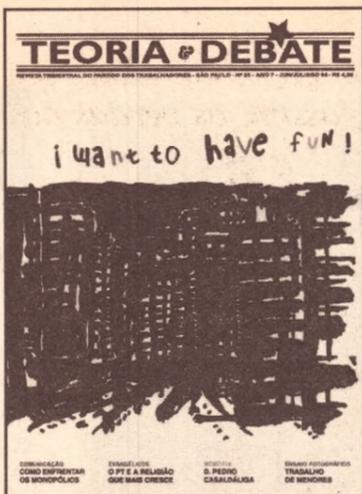
Os Estados Gerais da Cultura se instalarão em São Paulo entre os dias 5 e 7 de agosto. Durante três dias, delegações de vários estados se reunirão no Comitê do Lula (Av. Angélica, 35) para definir as diretrizes de uma gestão democrática da cultura no governo da Frente Brasil Popular. O encontro também incluirá reuniões setoriais, discutindo as propostas específicas das várias categorias profissionais atuantes na área de cultura, cinema, vídeo, artes cênicas, gráficas, plásticas, música, literatura e outras.

Casaldáliga, Vicentinho e Baravelli em *Teoria & Debate*

A Revista *Teoria e Debate* (nº 25) está sendo lançada este mês e traz como destaques as ilustrações do artista plástico Luiz Paulo Baravelli, uma longa entrevista com Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, e um novo ensaio fotográfico, desta vez mostrando a realidade de crianças obrigadas a sair do convívio familiar e ingressar no mercado de trabalho, com fotografias e pesquisa de Iolanda Huzak e Jô Azevedo.

Baravelli, que também idealizou a capa desta edição, brinca com uma versão colorida e bem-humorada, em caligrafia de criança, da expressão "I want to have fun". Nas ilustrações internas, outras ousadias de Baravelli: carros virados, aviões sobrevoando entrevistas, antigas histórias em quadrinhos ilustrando textos e um arsenal de peças de mobília (camas, armários) e de vestuário controladamente ajeitadas entre um artigo e outro.

Na entrevista de Dom Pedro Casaldáliga, feita por Hamilton Pereira, o relato emocionado da luta dos trabalhadores do campo e dos povos indígenas de São Félix. O bispo revela sua paixão pela poesia, citando versos seus e de outros poetas. Faz uma radiografia da contribuição da Igreja nos conflitos de terras e em favor



da diminuição da violência contra os trabalhadores rurais e suas organizações, mas mostra que essa postura progressista envolveu embate político dentro da instituição religiosa, que por muitas vezes questionou sua atuação. Relata também como conseguiu se livrar de uma tentativa de assassinato, da qual não escapou um de seus companheiros.

Lagartixa

Em entrevista a Valter Pomar e Paulo de Tarso Venceslau para *Teoria e Debate*, Vicentinho, presidente da CUT, diz o que muda na central com a sua gestão e ataca o ex-ministro do Trabalho Walter Baravelli, comparando-o a "uma lagartixa

pregada na parede", por não ter encaminhado várias reivindicações do movimento sindical.

A seção Debate traz neste número dois temas: a situação do mercado de trabalho no Brasil, com artigos de Jorge Mattoso e Sérgio Goldenstein; e um quadro sobre a África do Sul depois da eleição do líder negro Nelson Mandela, com artigos de Markus Sokol e Jayme Brenner.

Na discussão sobre os cem primeiros dias do governo Lula, Paul Singer mostra a necessidade de desfazer os temores iniciais e formar uma coalizão de forças para sustentar a aplicação do programa. Odilon Guedes descreve quais deverão ser as primeiras medidas de impacto da Frente Brasil Popular, sem esquecer as mudanças estruturais que um governo democrático e popular deve implementar.

Artigo 171

Com relação ao Plano FHC, Alon Feuerwerker alerta sobre a manobra eleitoral contida nas medidas e apresenta a trajetória do ex-ministro da Fazenda até a mudança da moeda. O editorial de *Teoria e Debate* é cáustico, recomenda a leitura do Artigo 171 do Código Penal para os que não acreditam no estelionato eleitoral de Fernando Henrique: "A reposição das perdas salariais só é permitida na data-base de cada categoria. Até lá, os pais tentam convencer os filhos a se manter vivos. Mas as crianças teimam em morrer às centenas", diz o editorial.

Revolução Democrática no Brasil

Depois de muitas discussões, consultas e contribuições de movimentos populares e setores comprometidos com a campanha de Lula à Presidência, está pronto o programa que servirá de base para o Governo Democrático e Popular. "Programa de Governo — Uma revolução democrática no Brasil" é o título da publicação, que deverá ser lançada oficialmente ainda este mês e que começará a circular em forma de fascículos a partir da próxima edição de **Brasil Agora**.

São sete capítulos que traçam o diagnóstico dos principais problemas do país e as propostas do Partido dos Trabalhadores para superá-los, aprovadas no 9º Encontro Nacional, realizado em maio.

Os temas abordados pelo programa são os seguintes: "A crise brasileira e a alternativa democrática e popular"; "Política, cidadania e participação popular"; "Reforma e democratização do Estado"; "Mudar a vida"; "Bases ecológicas do Projeto Nacional de Desenvolvimento"; "Ciência, tecnologia e infra-estrutura"; e "Transformar a economia e a sociedade construindo a Nação".

O Programa de Governo não é um repositório de propostas formuladas com uma visão acadêmica e estanque da crise brasileira. É, antes de mais nada, fruto da discussão e reflexão de milhares de militantes e de segmentos democráticos e populares, que ao longo dos últimos anos estiveram na linha de frente do combate à miséria e à exclusão social no Brasil.

O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A DISKSOM produz equipamentos de qualidade para ser usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. É muito simples, funciona com a bateria do carro. Você investe pouco e uma vez só.

GARANTIA DE 180 DIAS.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA.
DESENVOLVEMOS PROJETOS E MONTAGENS
ESPECIAIS PARA ÔNIBUS, CAMINHÕES COM
VÍDEO E AUDITÓRIO.

DISK SOM

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO

CONVERSE CONOSCO: VADO OU VANESSA
TEL.: (011) 34 7244

Rua Silveira Martins, 12 - Centro,
Próximo à Praça da Sé - São Paulo/
SP - Fax (011) 350717



KOMBÃO

1450 watts de potência. Gabinete com mesa, duplo deck, microfone, 6 caixas profissionais, baú com palanque opcional, possibilidade de utilizar gabinete para sonorizar auditórios.

Começa a corrida contra as perdas salariais

A prévia do índice oficial de inflação (IPC-r) prevê uma taxa de 5,03% em julho, que segundo o Plano FHC só poderá ser negociada nas datas-base. Acumulam-se, assim, as perdas dos trabalhadores

Com o Plano FHC começa novamente a corrida do movimento sindical atrás das perdas salariais causadas pela conversão dos salários e da inflação perdida no mês imediatamente anterior ao plano. Essas discussões já são antigas para os sindicatos que passam pelo sexto plano de estabilização da economia. Mas desta vez nem mesmo os institutos que calculam perdas salariais e variações da massa salarial ou dos rendimentos dos ocupados estão conseguindo saber com exatidão o que os trabalhadores perderam com mais esse plano.

Economistas ligados aos sindicatos de trabalhadores estão calculando uma taxa de inflação de 27% em julho. Essa taxa é medida comparando-se os preços médios do mês de junho, com os do mês de julho, que certamente será esquecida para efeito de reajuste dos salários. É o chamado "efeito Alfonsín", em que o governo pede que os trabalhadores caridosamente esqueçam as perdas passadas e passem apenas a raciocinar em termos de uma pseudo economia planificada. Essa taxa reflete, de certa maneira, as remarcações preventivas do comércio e da indústria às vésperas do Real. Com a inflação expurgada, ou seja, retirando-se os efeitos dos aumentos ocorridos até a entrada em vigor da nova moeda (1º de julho) e calculando a variação de preços só em reais, economistas como Maria da Conceição Tavares/(PT) e João Manoel Cardoso de Melo/(PMDB) já estimavam que a inflação em real chegaria a 5% neste mês. A profecia estava correta. Uma prévia do IPC-r (índice oficial) das duas últimas semanas de junho e das duas primeiras semanas de julho apontou um aumento médio dos preços de 5,03%, que pela lei só poderá ser negociado nas datas-base das categorias.

A confusão é tão grande que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) está trabalhando com um cálculo de perdas salariais fragmentado: a perda com a conversão pela média; a perda no período da URV, quando houve diferença significativa entre o índice de inflação calculado pela instituição e o oficial (9%); a perda causada pelo resíduo da inflação de junho sobre o índice de julho; e, finalmente, a inflação em reais.

Na Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo Dieese e pela Fundação Seade — embora não haja consistência plena dos dados obtidos, pois muitos dos entrevistados declararam sua renda em URV e outros em cruzeiros reais —, as informações obtidas com a passagem dos salários para URV também mostram uma perda salarial significativa para os ocupados da Grande São Paulo: houve uma redução de 10% nos rendimentos de março para abril.

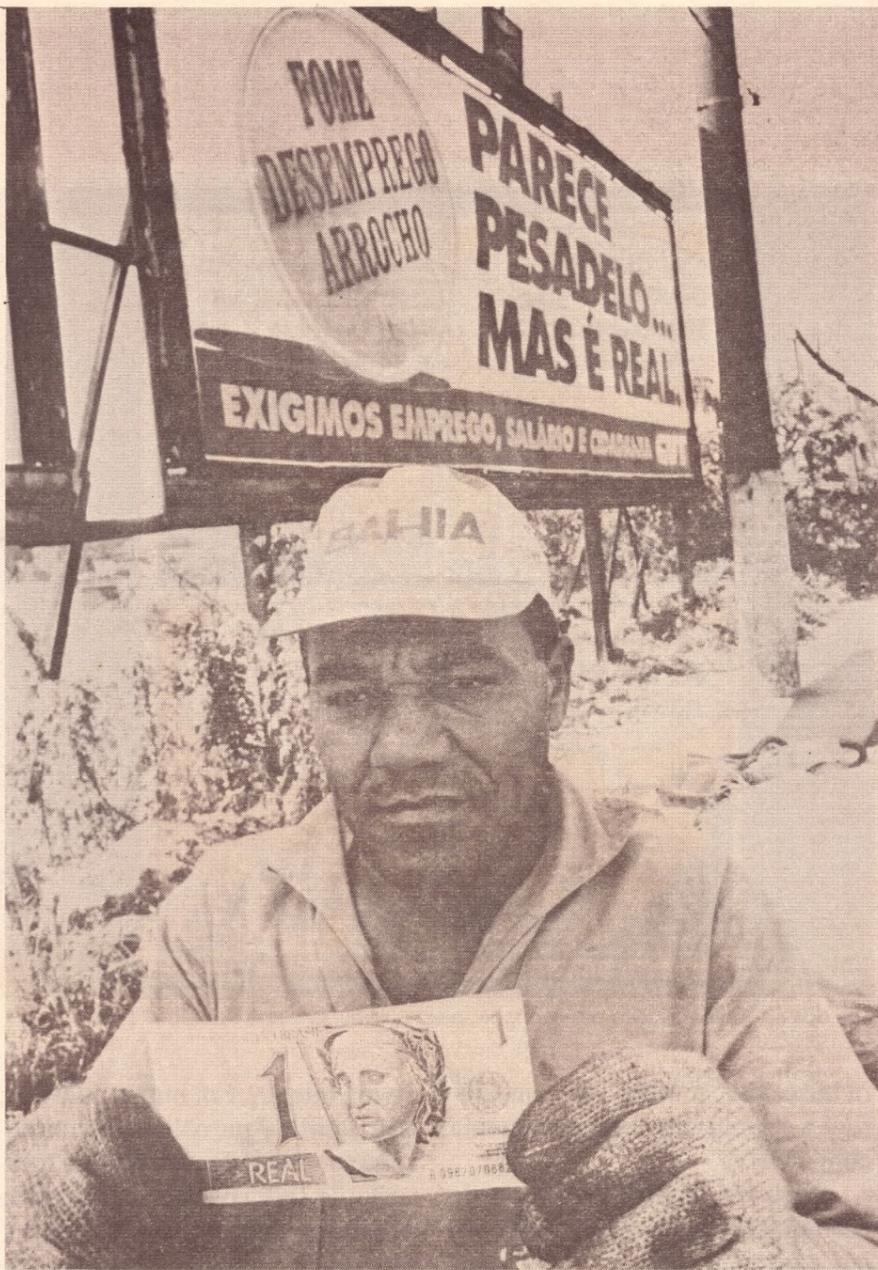


Foto: Ponzotti

CUT na luta contra o e Real

Salário mínimo apresenta a mais baixa média anual

O ano de 1994 está registrando a mais baixa média anual do salário mínimo desde que ele foi criado, em julho de 1940. Segundo o Dieese, a média dos primeiros seis meses deste ano representa apenas 24,64% do salário mínimo recebido na data de seu lançamento. A média mais baixa dos últimos anos foi verificada durante o governo Fernando Collor, quando o salário mínimo chegou a 26,07% do valor de sua implantação.

Se for considerada a inflação esperada para julho, sem expurgo, é possível que o seu valor real caia ainda mais.

A pretensão do governo é elevar o valor do menor salário pago no Brasil para 70 dólares em setembro, de acordo com o projeto de lei enviado para a Câmara dos Deputados. Estabelecendo-se esse valor, o presidente argentino Carlos Menem cometeu um erro grosseiro ao comentar diante das manifestações de trabalhadores que o salário mínimo de seu país era o dobro do brasileiro. Na verdade é três vezes maior. Tendo em vista que o PIB per capita daquele país (2.160 dólares) é ligeiramente inferior ao brasileiro (2.540 dólares), tem-se uma dimensão real do nível de concentração de renda no Brasil.

Salário mínimo real — médias anuais

Ano	Valor real (valores de junho de 1994)	Índice (jul/40 = 100)
1991	236.815,05	30,38
1992	203.222,67	26,07
1993	222.900,20	28,60
1994	192.106,21	24,64

Fonte: Dieese

A campanha unificada dos sindicatos

Nos próximos meses, algumas categorias de peso no cenário nacional começam a discutir com os patrões os índices de reajuste de salários e a redução da jornada de trabalho. Petroleiros, bancários e químicos já realizaram reuniões, com o apoio da CUT, para mobilizar suas bases em torno de um calendário comum de atividades. Eles querem a garantia de que os salários tenham correção mensal de acordo com o índice de inflação em reais. Todos têm data-base em setembro. Os bancários estão reivindicando reajustes que variam entre 116,95% e 139,23% sobre os salários de agosto de 1994, descontadas as antecipações.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD, com data-base em abril, tem uma situação diferente. Devido aos acordos da Câmara Setorial, repondo mensalmente as perdas salariais, os trabalhadores receberam a inflação cheia, com reajuste de 19%. Por volta de 10 de agosto sairá o cálculo das perdas salariais com o Plano Real, mas resta ver se as empresas manterão a política anterior. O índice conquistado pelos metalúrgicos do ABCD é o mais alto verificado entre as categorias que conseguiram abrir negociações depois da implantação da URV.

Mesmo nas sentenças julgadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, especialmente em São Paulo, verifica-se uma tendência da Justiça de determinar reajustes salariais acima da média imposta pela lei, o que comprova as perdas salariais reclamadas pelos trabalhadores.

Os metroviários de São Paulo conquistaram, em sentença do TRT, um termo aditivo com reajuste de 12,56% sobre os salários já convertidos, sendo 5,2% a título de reposição e mais 7% de produtividade. Os condutores de veículos de São Paulo, depois de uma greve de três dias, logo após a implantação da URV, conquistaram, também pela justiça do Trabalho, 7% de produtividade e mais 5% nos meses de junho e julho.

O próprio TRT reconhece, portanto, que houve perdas significativas com o plano, provando que não é contraditória a denúncia do PT de que as medidas do governo congelam a miséria e ao mesmo tempo beneficiam a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Se por um lado houve redução da inflação, por outro ainda não se tem a dimensão exata da transferência de renda do trabalho para o capital com esses novos malabarismos econômicos.

Real, uma bomba de efeito retardado

O Plano FHC está em sua terceira etapa, mas ainda não mostrou como vai tratar os problemas estruturais da economia brasileira. O objetivo é tornar a população refém eleitoral do plano

O comando da candidatura de Fernando Henrique Cardoso está apostando todas as fichas na exploração exaustiva de um pretensão sucesso do Plano Real, com a queda da inflação a três meses do pleito e uma política herdada dos currais eleitorais dos coronéis do Nordeste.

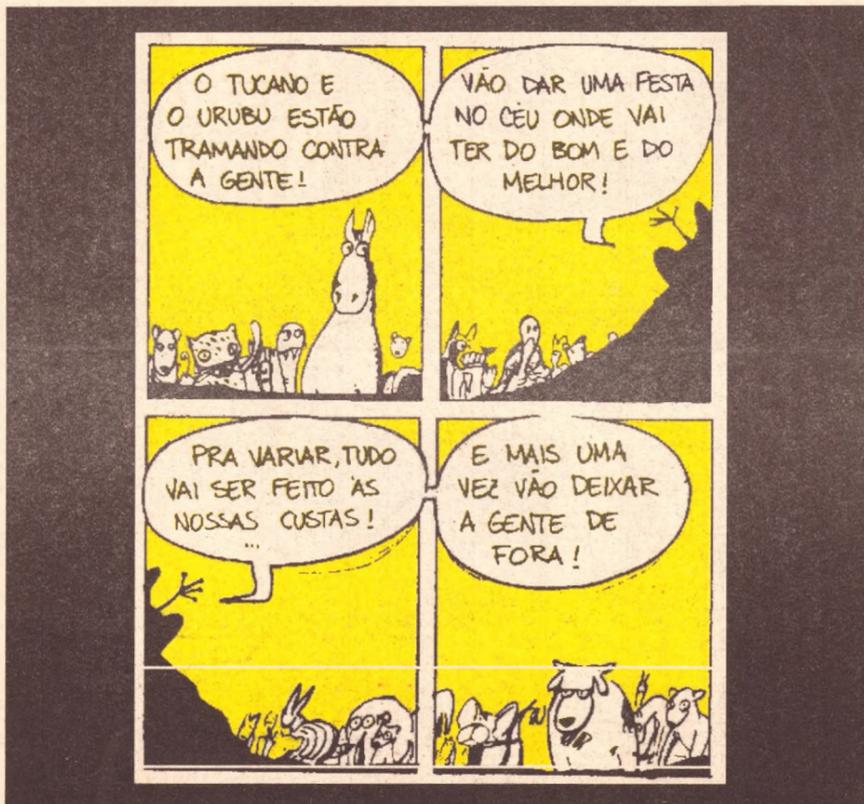
Antes os eleitores eram pressionados para votar em determinados candidatos em troca de pares de sapatos. Um pé era entregue antes da eleição e o outro, depois. Parece que o candidato do PSDB aprendeu a lição no pouco tempo da sua coligação com o PFL. Utiliza o poder do Estado para derrubar aparentemente a inflação, via truque monetário, e pressiona os eleitores para votar nele, pois só assim terão a continuidade do plano, cuja etapa seguinte — se é que existe — só será desvendada após as eleições. É uma tentativa de colocar o povo brasileiro como refém das medidas econômicas. No entanto, como nos outros planos, nada assegura que sejam solucionados os problemas estruturais, como a distribuição de renda, a ampliação do mercado de trabalho para os desempregados, o desenvolvimento sustentável da economia e o resgate de uma grande parcela da sociedade hoje à margem do direito a uma vida digna.

Lula tem repetido que o plano de seu adversário “congela a miséria dos brasileiros” e que “conter a inflação é apenas um passo. Bem pequeno, por sinal, para um país que tem 32 milhões de miseráveis precisando de emprego e de uma melhor distribuição de renda”.

Dolarização

É evidente que um plano impulsionado em final de gestão, às vésperas de uma eleição para a Presidência da República, soa como uma manobra eleitoral, principalmente quando só agora ganha visibilidade. Isso já seria suficiente para explicar a desconfiança dos setores de esquerda, que apóiam a candidatura Lula, em relação a uma estabilidade duradoura.

A terceira fase — a adoção da nova moeda — é na verdade uma dolarização disfarçada, com a paridade do real com o dólar. As duas fases anteriores — afirmavam os responsáveis pelo plano — tinham como objetivo preparar o caminho para a reforma monetária. A primei-



Um dos episódios criados por Mangoni para o Gibi "O Sapo Barbudo" (ver p. 13)

ra buscava o equilíbrio orçamentário e a segunda, indexar a economia com a URV.

Segundo análise do grupo de economistas da Frente Brasil Popular, a primeira fase já estava comprometida, pois os recursos que deveriam ser canalizados para o Fundo Social de Emergência têm sido utilizados para o pagamento dos encargos financeiros causados pela

dívida interna. Em outras palavras, isso significa que o dinheiro que deveria ser utilizado para obras e prestação de serviços sociais nas áreas de saúde, educação, etc., foi desviado para manter o equilíbrio das contas do governo, atingindo principalmente a população de baixa renda. Uma estratégia que em nada difere da de Collor e outros neoliberais em sua ânsia voraz por um Estado mí-

nimo, tão a gosto das economias centrais. Ou seja, desmontar a prestação de serviços do Estado (direito do povo), com a privatização de empresas e serviços públicos, comprados inclusive por oligopólios internacionais e em muitos casos por empresas estatais de países desenvolvidos.

Preços liberados

O fato é que o plano congelou os salários e manteve os preços liberados, causando perdas salariais que variam, segundo dados do Dieese, entre 27% e 47,5%, tomando como base o maior salário real recebido nos últimos doze meses. Ou seja, o Plano FHC concentrou ainda mais a renda nacional. Como paliativo para essa situação de miséria, o governo decidiu reajustar o salário mínimo em 8%, que passará de US\$ 64,79 para US\$ 70,00 em setembro deste ano, a não ser que seja aprovado projeto de lei do deputado Paulo Paim (PT-RS), que propõe para já um mínimo de 100 dólares.

Baseado em três medidas para conter a inflação — congelamento de salários, de câmbio e juros altos — e tendo como pano de fundo a dolarização da economia, a administração eleitoreira do plano pode conduzir a um comprometimento ainda maior da soberania nacional, à medida que se fragiliza diante das oscilações cambiais externas, afetando o mercado interno e provocando a perda da competitividade internacional de nossos produtos. Do ponto de vista do próximo governo, o plano pode se transformar em uma verdadeira bomba de efeito retardado.

Foi este, aliás, o sentido preciso das declarações feitas pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, em 18 de julho. Em entrevista especialmente convocada para falar da economia brasileira, Camdessus começou saudando o Tetra Campeonato conquistado pelo Brasil na Copa do Mundo dos Estados Unidos. Em seguida, elogiou com ênfase o Real, “que não congela preços e não rompe contratos financeiros”. Por fim, fez a cobrança. O programa, disse, só vai em frente com reformas profundas no país, entre elas a reforma constitucional, a aceleração das privatizações e a abertura completa do mercado brasileiro às empresas e produtos estrangeiros.

Agenda do Lula

(de 21 a 30 de julho)

- 21/7 Caravana de São Paulo. Visita Jaú, faz debate em Araraquara e comícios em Monte Alto e Jaboticabal.
- 22/7 Participa do programa “Roda Viva”, da TV Cultura (SP) e TVs Educativas.
- 23/7 Santa Catarina. Comício e entrevista coletiva em Florianópolis. Comício em Blumenau.
- 24/7 Rio Grande do Sul e Paraná. Lula lança, em dois comícios — em Palmeira das Missões (RS) e Dois Vizinhos (PR) — o Programa de Reforma Agrária e Política Agrícola da Frente Brasil Popular.
- 25/7 São Paulo. Ato e jantar com caminhoneiros de todo o Brasil.
- 26/7 São Paulo. Gravações, durante todo o dia, para a estreia do horário gratuito no rádio e TV.
- 27/7 São Bernardo. Lula recebe o carro de som que ganhou do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.
- 28/7 Brasília. Debate com todos os presidentes, promovido pela CNBB, no encerramento de sua Semana Social.
- 29/7 Belo Horizonte. Lançamento do “programa para a pequena e média empresa”, encontro com religiosos e discurso no grande Comício da Arrancada, na Praça da Estação.
- 30/7 Minas Gerais. Visita às minas da Vale do Rio Doce, em Itabira. Atos públicos em João Monlevade e em Timóteo. Comício em Ipatinga.
- 31/7 Descanso em São Paulo.

A partir de 1/08: Visita a dez capitais, para denunciar os efeitos negativos do Plano Real. Detalhes a definir.